



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA- UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-PPGEO



VANESSA VIEIRA SOUZA

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E A CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO DE
IDENTIDADE DA BACIA DO PARAMIRIM: O CASO DE BOTUPORÃ**

Vitória da Conquista - BA
Julho 2022

VANESSA VIEIRA SOUZA

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E A CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO DE
IDENTIDADE DA BACIA DO PARAMIRIM: O CASO DE BOTUPORÃ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia PPGeo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) para a obtenção do título de mestre em Geografia

Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico
Linha de Pesquisa: Produção dos Espaços Urbanos e Rurais

Orientadora: Prof.^a Dra. Miriam Cléa Coelho Almeida

Vitória da Conquista - BA
Julho 2022

S357d

Souza, Vanessa Vieira.

Desenvolvimento territorial e a constituição do território de identidade da bacia do Paramirim: o caso de Botuporã. / Vanessa Vieira Souza, 2022.

106f.; il. (algumas color.)

Orientador (a): Dr^a. Miriam Cléa Coelho Almeida.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, Vitória da Conquista, 2022.

Inclui referência F. 101 – 106.

1. Desenvolvimento socioeconômico. 2. Estado. 3. Território. 4. Botuporã - Ba. I. Almeida, Miriam Cléa Coelho. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo. T. III.

CDD: 338.9

Catlogação na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

VANESSA VIEIRA SOUZA

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E A CONSTITUIÇÃO DO
TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DA BACIA DO PARAMIRIM: O CASO DE
BOTUPORÃ

Defesa de Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Geografia da UESB (PPGeo-Uesb),
como requisito para obtenção do título de
MESTRE.

Aprovada em: **29 de julho de 2022.**

Banca Examinadora



**Profa. Dra. Miriam Cléa Coelho
Almeida**
(Orientadora) (UESB)



Profa. Dra. Nacelice Barbosa Freitas
(Examinadora Externa) (UEFS)



Prof. Dr. Mário Rubem Costa Santana
(Examinador Interno) (UESB)

Vitória da Conquista- BA
Julho 2022

AGRADECIMENTOS

É um momento de imensa gratidão por finalizar esta etapa tão importante e significativa na minha vida. Agradeço a Deus pelo dom da vida, pela saúde neste momento tão difícil para a humanidade. Gratidão por ter me sustentado na fé para continuar neste caminho da pesquisa, o qual é tão difícil.

Foram vários momentos de anseios por desistir, mas o incentivo do meu esposo, além da paciência, me fez continuar nessa caminhada. Obrigada, Bel, por toda compreensão, amor, carinho, essa conquista é nossa.

Grata ao ser mais belo da minha vida, a minha mãe, que sempre me ajudou, me incentivou, e me faz ter fé para acreditar que a vida sempre vale a pena. Gratidão também a minha irmã Vanusia, e aos meus familiares por sempre acreditar em mim.

À minha orientadora professora Miriam Cléa, pela qual tenho a maior admiração. Agradeço por toda paciência durante essa trajetória, por todos os ensinamentos e conhecimentos compartilhados que enriqueceram essa pesquisa. Por toda preocupação e responsabilidade com esta orientanda ansiosa.

Infelizmente, no momento de pandemia não tive contato pessoal com a minha turma, mas agradeço de um modo especial aos companheiros Lucas e Thais, por toda amizade, por estarem juntos comigo durante este momento da minha vida.

Agradeço o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), pela bolsa de estudo e amparo financeiro que possibilitou a dedicação total a esta pesquisa, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) e a Universidades Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

De modo singular agradeço a todos que de alguma forma contribuiu e participou deste processo.

RESUMO

Esta dissertação apresenta a análise do desenvolvimento socioeconômico do município de Botuporã, no contexto do Território de Identidade da Bacia do Paramirim, ao considerar que Botuporã se insere na articulação do capital no espaço. Dessa forma, não se pode examinar dissociado do processo geral do desenvolvimento baiano. Nessa perspectiva, fez-se necessário analisar o papel do município de Botuporã na relação socioeconômica com o território de Identidade da Bacia do Paramirim e problematizar a política econômica empreendida pelo Estado, por meio da constituição dos territórios de Identidade e suas vinculações com o processo histórico da divisão territorial do trabalho e, conseqüentemente, na política de desenvolvimento territorial implementada pelo Estado. Para tanto, utilizou-se das contribuições de autores que realizaram estudos sobre a política territorial e econômica baiana, como: Santos (1993, 2002), Flores (2015), Freitas (2014). Na compreensão do desenvolvimento e do território, utilizou-se de Ratzel (1990), Raffestin (1980), Souza (2013), Haesbaert (2014), Saquet (2007), Santos (2006) e Oliveira (1999). Outras contribuições importantes como as de Smith (1999), Meszáros (2011), Santos (2006), Barradas (2014) e Harvey (2006) aprofundam a análise sobre a divisão territorial do trabalho e o desenvolvimento desigual e combinado. Além de uma pesquisa detalhada em dados secundários, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Dados relacionados a questão social, como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), indicadores educacionais no Ministérios da Educação (MEC). A análise da teoria e da realidade concreta revela que as condições socioeconômicas de Botuporã resultam da histórica política baiana para o desenvolvimento territorial, no qual, privilegiou a região metropolitana para a concentração de capitais e de tecnologia, em detrimento do interior do Estado. As iniciativas recentes de desenvolvimento territorial não têm sido suficientes para corrigir as distorções do Território da Bacia do Paramirim. Pelas condições socioeconômicas que possuem comprovam a sua ineficácia e, mais ainda, reforçam a manutenção da desigualdade no desenvolvimento territorial.

Palavras-chaves: Desenvolvimento, Estado, Território.

ABSTRACT

This dissertation presents the analysis of the socioeconomic development of the city of Botuporã, in the context of the Identity Territory of the Paramirim Basin, considering that Botuporã is part of the articulation of capital in the space. Thus, one cannot examine it in isolation from the general process of Bahian development. In this perspective, it was necessary to analyze the role of the municipality of Botuporã in the socioeconomic relationship with the Identity territory of the Paramirim Basin and to problematize the economic policy undertaken by the State, through the constitution of Identity territories and their links with the historical process. of the territorial division of labor and, consequently, in the territorial development policy implemented by the State. To this end, contributions from authors who carried out studies on Bahian territorial and economic policy were used, such as: Santos (1993, 2002), Flores (2015), Freitas (2014). In understanding development and territory, we used Ratzel (1990), Raffestin (1980), Souza (2013), Haesbaert (2014), Saquet (2007), Santos (2006) e Oliveira (1999). Other important contributions such as those of Smith (1999), Meszáros (2011), Santos (2006), Barradas (2014) e Harvey (2006) deepen the analysis of the territorial division of labor and uneven and combined development. In addition to a detailed survey of secondary data, at the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), Superintendence of Economic and Social Studies of Bahia (SEI), Annual Report of Social Information (RAIS). Data related to social issues, such as the Human Development Index (HDI), educational indicators in the Ministries of Education (MEC). The analysis of theory and concrete reality reveals that the socioeconomic conditions of Botuporã result from the historical Bahian policy for territorial development, in which the metropolitan region was privileged for the concentration of capital and technology, to the detriment of the interior of the State. Recent territorial development initiatives have not been enough to correct the distortions of the Paramirim Basin Territory, due to the socioeconomic conditions they have, which prove their ineffectiveness and, even more, reinforce the maintenance of inequality in territorial development.

Keywords: Development, State, Territory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Primeira Capela de Botuporã, 1910	73
Figura 02 - Segunda Igreja de Botuporã, 1978	75
Figura 03 - Imagem aérea da cidade de Botuporã, 2022	76
Figura 04 - Imagem aérea da cidade de Botuporã, 2022	76

LISTA DE MAPAS

Mapa 01- Localização do Território de Identidade da Bacia do Paramirim, 2022	14
Mapa 02 - Territórios de Identidade da Bahia, 2018	64

LISTA DE SIGLAS

BIRD	Banco Mundial
DATSUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
FIEB	Federação das Indústrias do Estado da Bahia
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PLANDEB	Plano de Desenvolvimento da Bahia
PPA	Plano Plurianual
REGIC	Região de Influência das Cidades
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFCD	Universidade Federal da Chapada Diamantina

LISTA DE TABELA

Tabela 01 - População, por situação de domicílio, do município de Botuporã, de 1970 a 2010.	65
Tabela 02 - Nota da Prova do IDEB, Bacia do Paramirim, 2017.	66
Tabela 03 - Setor econômico do Território de Identidade da Bacia do Paramirim, 2018.	68
Tabela 04 - População por situação do domicílio, do município de Botuporã, de 1970 a 2010.	76
Tabela 05 - População por situação do domicílio, do município de Botuporã, de 1970 a 2010.	79
Tabela 06 - Contingente populacional dos municípios do Território de Identidade da Bacia do Paramirim, 2022.	79
Tabela 07 - Atividade do setor econômico Agropecuário do Território de Identidade da Bacia do Paramirim, 2020.	81
Tabela 08 - Estabelecimentos Agropecuários e suas condições jurídicas no Território de Identidade da Bacia do Paramirim, 2017.	82
Tabela 09 - Quantitativo de estabelecimentos contemplados com financiamento/empréstimo, 2017.	83
Tabela 10 - Mercado de Trabalho Formal – Agropecuária, Vegetação, Caça e Pesca, 2014-2017.	84
Tabela 11 - Indicadores da porcentagem de pessoal ocupado em setores econômicos do Território de Identidade da Bacia do Paramirim, 2010.	88
Tabela 12 - Mercado de Trabalho Formal – Administração Pública, do Território de Identidade da Bacia do Paramirim, 2018.	91
Tabela 13 - Nota da Prova do IDEB, da Bacia do Paramirim, 2017.	92
Tabela 14 - Percentual de Funções Docentes com curso superior por etapa/modalidade de ensino, no Território de Identidade da Bacia do Paramirim, 2019.	94
Tabela 15 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, do Território de Identidade da Bacia do Paramirim, 2010.	95
Tabela 16 - Condições socioeconômicas da população nos municípios do Território de Identidade da Bacia do Paramirim, 2010.	96

SUMÁRIO

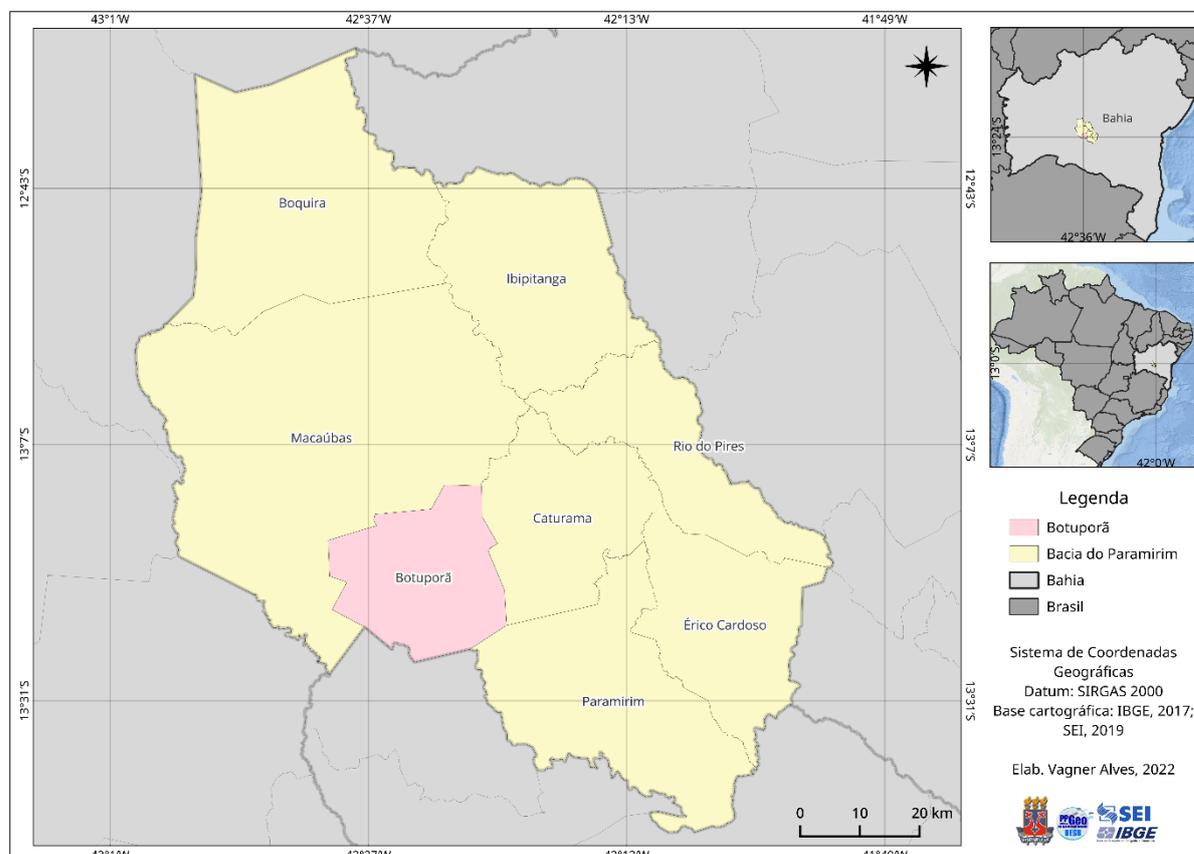
1 INTRODUÇÃO	13
2 DA DEFESA DA CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL AO ENTENDIMENTO DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO	19
2.1 As bases fundantes do desenvolvimento territorial brasileiro.....	19
2.1.1 No discurso: os postulados teóricos geográficos	30
2.1.2 Na prática: o controle do território para atender à necessidade de expansão capitalista	35
2.2 A divisão territorial do trabalho como base do desenvolvimento desigual e combinado.....	39
3 TERRITÓRIO: PONDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO E A CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DA BACIA DO PARAMIRIM-BA	48
3.1 Território para além da demarcação física e da esfera estatal.....	48
3.2 A transição do planejamento regional para os territórios de Identidade: a efetivação do território para o Estado.....	55
3.3 Constituição e caracterização do Território de Identidade da Bacia do Paramirim – BA	64
4 O MUNICÍPIO DE BOTUPORÃ: AS EXPRESSÕES TERRITORIAIS DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO	72
4.1 A formação do território botuporãense no contexto do desenvolvimento desigual e combinado.....	72
4.2 A inserção de Botuporã no Território de Identidade da Bacia do Paramirim.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	102

1 INTRODUÇÃO

Esse esforço científico tem como objetivo central analisar o papel do município de Botuporã na relação socioeconômica com o Território de Identidade da Bacia do Paramirim, (composto pelos municípios de Botuporã, Boquira, Caturama, Macaúbas, Érico Cardoso, Ibipitanga, Paramirim e Rio do Pires), tendo como orientação os processos de desenvolvimento territorial no Brasil e na Bahia. Para tanto, debruçou-se sobre o processo histórico de formação do território brasileiro e baiano e o modelo de desenvolvimento adotado para a sua constituição, bem como as políticas recentes de constituição dos territórios de identidade da Bahia e sua relação com o desenvolvimento desigual e combinado.

O município de Botuporã está localizada no Centro-Sul Baiano, compõe o Território de Identidade da Bacia do Paramirim, foi emancipado em 1962, apresenta uma população de 11.154 mil habitantes segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE – 2021).

Mapa 01 – Localização do Território de Identidade da Bacia do Paramirim, 2022.



Fonte: Elaboração de Vagner Alves, 2022.

A área urbana botuporãense se formou no entorno da Fazenda Caititu. Com o aumento do desenvolvimento econômico, além dos interesses políticos das famílias mais ricas que dominavam o cenário político local, se tornou distrito de Macaúbas que foi denominado de Monte Belo, e depois, com a emancipação em 1962, passou a se chamar de Botuporã.

O município em apreço, possui uma agricultura que se baseia na policultura, sobretudo, de milho, feijão e mandioca, e na criação de bovinos e aves, conforme os dados do Censo Agropecuário (2017). Entretanto, ainda se tem a Prefeitura Municipal como a principal responsável pela geração de emprego e renda.

O município de Botuporã, em pouco mais de uma década (2010 – 2020), apresentou um pequeno crescimento nos setores econômicos. Segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), no setor do comércio, em 2014, o município contava com 28 estabelecimentos, já no ano de 2017, houve uma ampliação para 98, o que representou um acréscimo no número de geração de empregos formais, passando de 45 em 2014, para 236 funcionários formais, em 2017. O mesmo comportamento foi registrado no setor de serviços com um crescimento nos estabelecimentos e nos empregos.

O município de Botuporã, até o ano de 2014, apresentava pouco expressividade nas atividades comerciais e de serviços, dispondo somente do essencial, como cereais, roupas, medicamentos, para suprir as necessidades mais urgentes da população, com a presença de uma pequena variedade nos ramos comerciais. De acordo com os dados de Souza (2018) apenas 4 estabelecimentos eram considerados os maiores empregadores, com a contratação em média 10 funcionários, sendo os principais responsáveis pela geração de emprego e renda no município. A oferta de postos de trabalho era limitada e, portanto, o volume da força de trabalho desocupada era alto.

Esse panorama geral, brevemente esboçado sobre as condições sócio econômicas municipais, motivaram a investigação da questão central dessa pesquisa: Qual o papel do município de Botuporã na relação socioeconômica com o Território de Identidade da Bacia do Paramirim?

Contudo, essa questão central requer que se examine outras, tais como: É possível estabelecer relações entre o desenvolvimento municipal com o processo geral do desenvolvimento territorial brasileiro e baiano? Quais processos resultaram

na constituição dos territórios de identidade na Bahia e, mais especificamente, no território de Identidade da Bacia do Paramirim? De que maneira o município de Botuporã, inserido no território de Identidade da Bacia do Paramirim, expressa o processo de desenvolvimento desigual e combinado baiano?

Para responder a essas questões, considerou-se importante revisitar as contribuições de autores que tratam, sobretudo, os conceitos de desenvolvimento e território. Desse modo, utilizou-se as obras de Ratzel (1990), Raffestin (1980), Souza (2013), Haesbaert (2014), Saquet (2007), Santos (2006) e Oliveira (1999) para conhecer a evolução do conceito de território e a complexidade que o envolve. No entanto, firma-se as bases dessa pesquisa na concepção que compreende o território para além da base física e o articula com o processo geral da divisão do trabalho e da acumulação capitalista.

Outras contribuições importantes como as de Smith (1999), Meszáros (2011), Santos (2006), Barradas (2014) e Harvey (2006) aprofundam a análise sobre a divisão territorial do trabalho e o desenvolvimento desigual e combinado. Ademais, utilizou-se das contribuições de Lisboa (2007), Flores (2015) e Freitas (2014) que oferecem uma discussão crítica sobre o desenvolvimento territorial no Nordeste e na Bahia.

Do ponto vista metodológico, para conhecer as relações do desenvolvimento municipal com o processo geral do desenvolvimento brasileiro e baiano, levantou-se estudos e informações históricas produzidos por pesquisadores como Furtado (1974), Santos (1993), entre outros, bem como se baseou em dados secundários fornecidos por institutos oficiais de pesquisa como o IBGE, SEI, RAIS, DATASUS, etc.

Para a análise do processo de constituição dos territórios de identidade na Bahia e, mais especificamente, no território de Identidade da Bacia do Paramirim, foi feito um levantamento sobre a formação dos Territórios de Identidade na Bahia, nos documentos na Secretaria de Planejamento (SEPLAN), no Plano Plurianual (2008-2011), no decreto n. 12.354 de agosto de 2010, conversas informais com o setor que responde pelo Território, além de uma revisitação da dissertação de Flores (2015) e Freitas (2014).

Outros dados secundários foram coletados em órgãos públicos, dissertações e teses para compor o perfil municipal, sobretudo, dos municípios que participam do Território de Identidade da Bacia do Paramirim e, assim, estabelecer as formas de inserção do município de Botuporã no contexto do desenvolvimento desigual e combinado nesse território. Para tanto, utilizou-se dados referentes à taxa de

urbanização, além da participação dos municípios nos setores da atividade econômica (agropecuária, indústria, comércio e serviço). Foi imprescindível ainda a análise dos dados da RAIS, para compreender como estão postos os estabelecimentos comerciais e o mercado de trabalho, avaliando o estoque de emprego formal. Os dados da SEI sobre a composição do PIB na Bahia e os setores econômicos também foram considerados, sobretudo, para se analisar o Perfil da Bacia do Paramirim, produzido pelo governo do estado, que trata da média de salários dos trabalhadores nesse território.

Somam-se a estes dados, aqueles vinculados às condições sociais tais como: a educação, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pelo Ministério da Educação (MEC), com informações sobre o índice de desempenho educacional dos municípios. O Anuário Estatístico da Bahia, com elementos referentes as instituições de ensino, as taxas de analfabetismo.

Os materiais informacionais disponíveis no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), colaboraram para o entendimento dos indicadores da saúde, com o levantamento da quantidade de médicos disponíveis, de enfermeiros, sobre a cobertura dos PSF's, e quantitativo de leitos. As informações disponíveis no DATASUS, colaboraram para o entendimento dos indicadores da saúde, dos dados de saneamento básico, como a forma da coleta de lixo e a rede de abastecimento de água. Também foi consultado o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, para avaliar o índice de desenvolvimento humano dos municípios no Território de Identidade da Bacia do Paramirim.

Fez-se necessário coletar os dados dos Censos Agropecuários, os quais apresentam o desempenho dos municípios no setor agrícola. Os dados da plataforma da Região de Influência das Cidades (REGIC), serviram para verificar a influência dos municípios e as quantidades de tipologias de comércio e serviço existentes nos municípios. E, do sistema da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), para entender o desempenho da atividade industrial no território de identidade analisado.

Acredita-se que a pesquisa de campo é um procedimento muito importante para se conhecer a realidade concreta e sistematizar os dados e problematizar a teoria, no entanto, essa atividade foi impossibilitada, devido às condições sanitárias

impostas pelo contexto da Covid 19¹. Assim, a sistematização dos dados secundários e sua análise crítica foram basilares para esse estudo.

De forma concomitante foi necessário a observação e análise crítica dos dados para compreender o papel de Botuporã no Território de Identidade da Bacia do Paramirim, o conjunto de dados, informações e as análises são apresentados neste texto dissertativo que está organizado em três seções.

Na **primeira seção**, são apresentadas e discutidas as concepções de desenvolvimento que orientaram a formação territorial brasileira com um enfoque maior no contexto baiano, visto a necessidade de pontuar os princípios teóricos adotados e suas relações com o modelo de desenvolvimento territorial empreendido e o seu comprometimento com o desenvolvimento desigual e combinado que se fundamenta na produção capitalista do espaço. Ademais, procura elucidar as contribuições do discurso geográfico para o desenvolvimento territorial e seus desdobramentos práticos, por meio da divisão territorial do trabalho.

Na **segunda seção**, dá-se atenção às articulações entre os fundamentos que nortearam e norteiam o debate sobre o território e, mais especificamente, sobre o desenvolvimento territorial baiano e a realidade concreta do Território de Identidade da Bacia do Paramirim. A revisitação às teorias permitiu verificar o uso e a aplicação do conceito pelas políticas estatais, mais especificamente, com a constituição dos territórios de identidade. Nesse esforço, foi analisado o processo de transição do planejamento regional para os Territórios de Identidade, pelo Estado baiano, com o objetivo de compreender suas derivações e objetivos. Associa-se a este debate, a análise da empiria com a caracterização do Território de Identidade da Bacia do Paramirim.

Na **terceira seção**, retorna-se à realidade concreta, para se conhecer o processo de formação do município de Botuporã, suas características socioeconômicas e a forma com que se insere no Território de Identidade da Bacia do Paramirim. Tal esforço tem o propósito de confrontar a política territorial empreendida pelo Estado ao longo do tempo, cujos objetivos sinalizavam para um maior equilíbrio no desenvolvimento territorial baiano. Para tanto, são analisados, de forma crítica os dados secundários referentes as atividades comercial, serviço, agrícola, industrial, saúde, educação e o Índice de Desenvolvimento Humano. Esse exercício tem como

¹ É uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. Segundo o Ministério da Saúde.

objetivo avaliar as rupturas e permanências da política estatal com a constituição dos Territórios de Identidade.

SEÇÃO II

2 DA DEFESA DA CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL AO ENTENDIMENTO DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO

Nesta seção, para se compreender a evolução do debate sobre o desenvolvimento territorial e suas vinculações com o desenvolvimento desigual e combinado, buscou-se revisitar as ideias e as formulações que permearam a defesa do desenvolvimento territorial brasileiro e, mais especificamente, baiano. Além disso, objetivou-se problematizar as ações que orientaram e orientam, o modelo de desenvolvimento territorial empreendido pelo Estado e pelo capital, no Brasil e na Bahia, que resultaram no processo de desenvolvimento desigual e combinado.

2.1 As bases fundantes do desenvolvimento territorial brasileiro

Para iniciar esta subseção, volta-se ao contexto de pós-guerra, em que ocorreram mudanças substanciais que alteraram as relações econômicas e sociais no mundo, com enfoque, principalmente, na Guerra Fria, que estabeleceu uma bipolaridade das duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética. Segundo Santos, Santos e Braga (2018), com essa divisão no planeta Terra são postos em discussão o termo “terceiro mundo” e a política do desenvolvimento.

Com a devastação deixada pela guerra, foram criados vários planos de recuperação com o intuito de impulsionar o desenvolvimento econômico dos países destruídos naquele contexto. Como exemplos tivemos, o plano Marshall, a criação do Banco Mundial (BIRD) e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Com a recuperação desses países destruídos pela Segunda Guerra Mundial e com a expansão da Guerra Fria, os capitalistas, com o interesse de conquistar cada vez mais territórios, não poderiam perder aliados para a União Soviética. Com esse objetivo, foram realizados programas de publicidade para atrair os países

subdesenvolvidos e garantir mais aliados, além disso, fora viabilizadas “ajudas” econômicas. Sobre isso, Santos, Santos e Braga (2018) acrescentam,

Acreditava-se, também que o desenvolvimento era algo totalmente desejável, que poderia ser planejado, dirigido ou controlado de alguma forma pelas instituições governamentais. Obstáculos ao desenvolvimento poderiam ser superados e os problemas econômicos e sociais seriam, a longo prazo, resolvidos, atingindo, assim, o que seria a sociedade de consumo em massa idealizada por Rostow (p. 24).

Diante desse contexto, é produzidas várias ideias sobre a política do desenvolvimento. Em Santos, Santos e Braga (2018), são vistas algumas concepções importantes, e que merecem destaque, como a de Schumpeter (1911), que define o desenvolvimento como um fenômeno social motivado pela ação de acumulação de capital relacionado ao crescimento econômico.

Já para Lewis (1969), o ideal na concepção do desenvolvimento está em aumentar a força de trabalho criando um excedente, além de um grande investimento no setor industrial, excluindo os financiamentos em escolas e hospitais, pois os recursos financeiros empregados nessas áreas não garantem um retorno esperado de crescimento econômico.

Com o propósito de elevar o desenvolvimento em países periféricos, é criada a Comissão Econômica Para América Latina e o Caribe (CEPAL), que também apresenta sua análise sobre o desenvolvimento com foco maior na dificuldade da América Latina em atingir o *status* de países desenvolvidos, em razão de sua posição na divisão internacional do trabalho de produzir alimentos e matérias-primas para os países de grandes centros industriais. Na avaliação de Santos, Santos e Braga “[...] os países periféricos só serão capazes de usufruir dos ganhos do progresso técnico transformando a sua condição de países periféricos agrícolas e dependentes para países industrializados e modernos” (2018, p. 47).

A abordagem deixa claro que a raiz do subdesenvolvimento está na dependência externa dos países desenvolvidos, entretanto, os autores esclarecem: “Com isso, chega-se ao entendimento de que devido às desigualdades e às diversidades locais e regionais geradas pelo próprio sistema capitalista de produção, é impossível uma teoria geral do desenvolvimento” (SANTOS; SANTOS; BRAGA, 2018, p. 189).

Outra concepção presente em Santos, Santos e Braga (2018) é a apresentada por Brandão (2012), que compreende o desenvolvimento da sociedade capitalista, somente no viés da dialética, do conflito e da ruptura. O desenvolvimento territorial, por exemplo, tem como principal variável a divisão social do trabalho, que contribui para explicar os conflitos de classes, as heterogeneidades capitalistas,

O modelo de análise de desenvolvimento territorial de Brandão tem inspiração no pensamento crítico e expressa a gestão do território com base na divisão social do trabalho, considerando que tal fenômeno encontra-se presente em todas as escalas espaciais e que dele surgem o enquadramento e a hierarquização das relações sociais de produção, a partir dos núcleos centrais de decisão e de poder [...] (SANTOS; SANTOS; BRAGA, 2018, p. 190).

De modo geral, para Brandão (2012), o desenvolvimento não é um processo que se alcança de forma natural, mas sim, com estratégias. Pontua-se ainda que as teorias se baseiam nas hierarquias espaciais e colocam o desenvolvimento como um desejo a ser alcançado; por essa razão, são uma mera ilusão, pois as escalas são interdependentes. Diante do modo de produção capitalista, o desenvolvimento territorial terá relações sistêmicas para acumulação ampliada do capital.

Em síntese, a teoria nos revela que uma análise sistêmica as escalas são interdependentes, portanto, não faz sentido falar de escala autônoma, em contexto capitalista, que seja este local, regional ou global, visto que no sistema mundo tudo tende a uma inter-relação. O foco central da teoria é a formação histórica do sistema capitalista de produção, que por meio da divisão social do trabalho estabelece o seu processo hegemônico (SANTOS; SANTOS; BRAGA, 2018, p. 193).

Para o clássico Pierre George (1978), as classificações e as diferenças econômicas e sociais entre os países também estão baseadas na divisão internacional do trabalho e no processo de industrialização. Os países desenvolvidos possuem uma industrialização forte sobre uma base nacional, além de possuir uma alta tecnologia agregada nas indústrias. George (1978) classifica países desenvolvidos da seguinte forma,

Os países desenvolvidos são aqueles que puderam realizar sua industrialização sobre uma base nacional. Os lucros da produção somam-se, na formação da renda nacional, aos de uma exploração

agrícola muito mais eficaz do que aquela dos países não industrializados (rendimentos da unidade de superfície de três a dez vezes superior, comparando-se unicamente economias agrícolas sedentárias – rendimento do tempo de trabalho até mais de cem vezes superior (p. 06).

Já os países subdesenvolvidos possuem uma economia agrícola ou atividades industriais com pouca tecnologia, com a presença do capital internacional, ou seja, indústrias extrativas,

Os países subdesenvolvidos definem-se inicialmente por antítese. São países estritamente agrícolas ou que possuem apenas atividades industriais subalternas ou desenvolvidas sobre uma base não nacional (indústrias extrativas organizadas pelas economias estrangeiras visando as suas próprias necessidades: produção de petróleo, de certos minerais metálicos ...) (GEORGE, 1978, p. 6-7).

O resultado dessa divisão que existe no mundo está relacionado à produção capitalista, como o progresso técnico científico. Com o advento da industrialização, fez-se agravar a desigualdade no desenvolvimento econômico entre países industriais de alta tecnologia e países pouco industrializados, intensificando também a divisão territorial do trabalho. Como exemplo, o Brasil que precisou de capital estrangeiro para se industrializar de forma rápida - mas desorganizada - e diante do cenário mundial, teve e, em certa medida, ainda tem a função de enviar matéria prima para os países desenvolvidos.

O sentido do desenvolvimento territorial brasileiro e também mundial estava relacionado à prosperidade econômica, em possuir um expressivo parque industrial de alta tecnologia e capaz de produzir bens de consumo. Dessa forma, a economia agrícola era tida como atrasada, por isso a necessidade de levar o “avanço” das indústrias para os territórios e nações do mundo, para conquistar o crescimento econômico. Esse modelo de avanço econômico pautado no desenvolvimento serviu para justificar a parceria Capital-Estado, com forte protagonismo do Estado, sobretudo, com ações para facilitar a implantação de infraestrutura e colaborar com todo o processo de desenvolvimento econômico territorial.

Cabe aqui ressaltar, que o projeto desenvolvimentista de muitos países, assim como do Brasil, esteve pautado apenas nos aspectos econômicos, com investimentos nas áreas de transporte e energia, para aumentar a produção e atingir o máximo de

consumidores, além de ter como um dos principais apoiadores e financiadores o Estado, que serviu somente à burguesia que tinha interesse em obter lucro, e ser a classe privilegiada que poderia articular com os investimentos estrangeiros. O Estado foi utilizado como um meio para a consolidação da hegemonia burguesa, segundo Lisboa (2007).

Segundo Furtado (1974), o Brasil atinge um avanço no meio industrial e permanece na condição de subdesenvolvimento. Assim,

Grande disparidade na produtividade entre as áreas rurais e urbanas, uma grande maioria da população vivendo em um nível de subsistência fisiológica, massas crescentes de pessoas subempregadas nas zonas urbanas (FURTADO, 1974, p. 97).

Percebe-se o entendimento do desenvolvimento como uma estratégia para a acumulação capitalista, pois a indústria e o comércio com o avanço técnico fazem ampliar a difusão de produtos no mercado mundial, sem levar em consideração as lutas de classe, a questão social e humanitária da população.

Para Furtado (1974), os países desenvolvidos passam a ideia de que todos os países podem chegar ao mesmo patamar de evolução, como se fosse um processo universal e linear, em que o terceiro mundo (países periféricos, países subdesenvolvidos, colônias) pudessem fazer parte de uma revolução industrial e que a população tivesse o privilégio de consumir produtos modernos e de melhor qualidade. No entanto, essa convicção é um mito e significa um relato fantasioso, que não faz parte da realidade, como revela Furtado “[...] essa ideia constitui seguramente uma prolongação do mito do progresso elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial” (1974, p. 14).

Assim, mesmo essa ideia se constituindo como um mito, os economistas passaram a expandir esse modelo para a acumulação capitalista, com exploração de recursos, e ganho de consumidores de produtos inferiores em países subdesenvolvidos. Dessa forma, a corrida pelo desenvolvimento foi pensada, tendo como base exclusiva o crescimento econômico, sem levar em consideração qualquer outro aspecto relevante para a sociedade.

Pouca ou nenhuma atenção foi dada às consequências no plano cultural de um crescimento exponencial do *stock* de capital. As metrópoles modernas com o seu ar irrespirável, crescente

criminalidade, deterioração dos serviços públicos, fuga da juventude na anticultura, surgiram como um pesadelo no sonho de progresso linear em que embalavam os territórios do crescimento (FURTADO, 1974, p.14).

Essa busca incessante pelo crescimento econômico caracteriza países em níveis de acumulação diferentes. Como trata Furtado (1974), na primeira fase da Revolução Industrial, tinha-se a Inglaterra como a grande protagonista e a Europa como o continente que mais havia acumulado capital até então. Na segunda fase, esse modelo de evolução se espalha para outros países, no entanto, já configura distintos graus de industrialização. A terceira fase é marcada pela industrialização das periferias e da consolidação e hegemonia dos países desenvolvidos, além do aumento das desigualdades entre os países do planeta Terra.

Vale destacar, que os países periféricos – apesar de vivenciar a Revolução Industrial – não conseguem evoluir para uma outra classificação, devido à relação de interdependência entre os países para a expansão capitalista,

[...] a periferia terá crescente importância nessa evolução, não só porque os países centrais serão cada vez mais dependentes de recursos naturais não reprodutíveis por ela fornecidos, mas também porque as grandes empresas encontram na exploração de sua mão de obra um dos principais pontos de apoio para firmar-se no conjunto do sistema (FURTADO, 1974, p.59).

Diante desse modelo de acumulação capitalista, percebe-se a necessidade da interdependência, tratada por Furtado (1974), pois os setores econômicos dos países desenvolvidos controlavam e articulavam toda a dinâmica da economia internacional, de modo a submeter ao seu poder os países subdesenvolvidos, vez que, isso supria sua necessidade de mais acumulação e mais obtenção de riqueza. Dessa forma, torna-se quase impossível a realização da evolução ou “sucesso” das nações subdesenvolvidas, conforme constatava Furtado (1974), “[...] temos assim a prova definitiva de que o desenvolvimento econômico – a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável [...]” (p.75).

O resultado dessa interdependência é a miséria em alguns países, e essa condição de vulnerabilidade passou a ser vista como um dado quantitativo, medido

por indicadores econômicos, deixando de ser analisada de forma qualitativa, negando o aspecto da qualidade de vida e social da população.

A pobreza um fenômeno qualitativo, foi transformado num problema quantitativo e reduzida a dados numéricos. Fortaleceram-se números, índices para provar a distância entre países ricos e pobres e para inferir que estes últimos deveriam imitar os primeiros se quisessem superá-la. Isso foi o mesmo que criar a necessidade de se obter tudo o que foi exterior, desde o capital até os alimentos e conduzir a uma doutrina sobre a ajuda promovida como uma atitude de interesses ocultos, de conquista e de dominação econômica (SANTOS, 2003, p.16).

Assim, chega-se a confirmar o quão importante e voraz é o dinamismo da exploração das metrópoles sobre as colônias no período das expansões marítimas – e nos tempos modernos dos países desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos. Nessa configuração do cenário econômico mundial, as nações consideradas desenvolvidas passam a estabelecer uma relação de submissão e dependência com aos países de condições consideradas subdesenvolvidas e fornecedores de matéria prima. Tal comportamento produziu uma concentração de capitais, técnicas e tecnologias que se expressou em um desenvolvimento territorial desigual. Na avaliação de Lisboa (2007),

A propagação desigual do progresso técnico, colocado como central para alavancar o desenvolvimento econômico, expressa a maneira da divisão internacional do trabalho, que coloca de um lado o conjunto das economias industrializadas e, de outro, economias exportadoras de produtos primários que não dispõem do comando do seu próprio crescimento [...] (LISBOA, 2007, p.52).

Percebe-se uma contradição dialética entre esses pares, a sujeição de uma economia garante o crescimento da outra. Assim, muitas nações na condição de subdesenvolvimento são tidas como atrasadas. No entanto, é dessa condição que se alimenta a posição dos países desenvolvidos.

As condições desta combinação são definidas pela ligação de todos os países pelo comércio e pelo modo de produção, o que resulta em transformar o mundo inteiro ou todos os países em um só organismo econômico e político. Neste organismo convivem o velho e o novo, o avançado e o atrasado, ou seja, convivem todos os estágios da civilização (LISBOA, 2007, p. 57).

Vale destacar, que muitos países subdesenvolvidos se veem obrigados a acatar algumas características dos países mais avançados, ou seja, têm-se níveis e etapas de desenvolvimento diferentes, aumentando ou confirmando os traços de desigualdade entre eles. Ainda percorrendo as contribuições de Lisboa (2007),

[...] levando-se em consideração que a lógica do desenvolvimento desigual e combinado se realiza para co-existência de formações econômicas atrasadas, com combinação de características de tempos históricos distintos, o resultado é uma relação de trocas desiguais, responsáveis por acentuar o caráter profundamente desigual do desenvolvimento (LISBOA, 2007, p. 58).

Como exemplo temos o Brasil por meio da produção do café, que necessitava exportar para obter lucro. Essa produção passa a dar suporte para a formação do capital industrial, ou seja, era necessária uma dependência externa vinda da venda do café, para acontecer a evolução técnica, a nova função ou papel na divisão internacional do trabalho. Assim, o desenvolvimento da economia brasileira dependia das condições do comércio mundial. Quando o Brasil finalmente se industrializa, e consegue avançar, ocorrem no interior do país as desigualdades econômicas com a grande concentração de indústrias na região Centro-Sul, por ser o local com os maiores detentores do capital do café, que impulsionou a industrialização brasileira.

Na clássica obra “Tudo o que é sólido se desmancha no ar”, Berman (1986), por meio do personagem Fausto, traz o debate do desenvolvimento por meio de uma metáfora baseada nos sentimentos e nas percepções de Fausto em relação ao momento histórico, econômico, político e social, o qual demonstra a problemática do desenvolvimento. Isso fica bem marcado quando ele vivencia uma grande mudança no mundo, impulsionada pelo desenvolvimento econômico, e tem a percepção da identidade do subdesenvolvimento como uma expressão de um sentimento de vergonha, pois esta classificação remete a submissão, sujeição em prol da acumulação capitalista.

Outra metáfora relevante nesta obra, e que desnuda as contradições da modernidade, ocorre quando Berman (1986) ressalta a grandiosidade do renascimento do século XX com as realizações da arte e do pensamento moderno, cujas mudanças serão “melhores”, e a humanidade irá experimentar a modernidade.

No entanto, esta modernização não está para a sociedade, mas para fomentar a indústria e o acúmulo de riqueza, aquém da condição de subsistência humana.

Nessas condições, é possível considerar que nem toda modernidade é bem-vinda. Pela etimologia da palavra modernidade, Dicionário Aurélio (2021), têm-se: por “meio da razão se pode atuar sobre a natureza”. Entretanto, a condição de subdesenvolvimento não chegou a esse período descrito por Berman (1984), permanece no estágio do atraso, do “arcaico”, devido à classe trabalhadora não dispor de consciência de classe e não reconhecer que está na situação de alienação que o modo de produção vigente o impôs, como: servir aos privilegiados e alimentar o ideário de um dia conseguir ser moderno e usufruir das benesses que os países desenvolvidos gozam.

Assim, com a falta de reconhecimento da modernidade para a sociedade, o desenvolvimento para Berman (1984) vai acontecer por meio do dinheiro, ou seja, pela acumulação capitalista, sem a intenção de beneficiar a sociedade. Somente a área econômica é valorizada e apenas por ela é possível evoluir, “[...] os projetos de Fausto vão exigir não apenas um imenso capital, mas o controle sobre vastas extensões territoriais e um grande número de pessoas” (BERMAN, 1986, p. 59). O grande número de pessoas que são controladas pelo capitalismo com a criação de exército de força de trabalho, para o aumento da produção econômica, sem a valorização dos aspectos sociais, torna-se quase impossível acreditar no autodesenvolvimento da humanidade, no princípio social, pois, exclui as necessidades da humanidade, a dignidade do trabalhador, por isso é inevitável o desastre e reconhecer que a modernidade nem sempre é benéfica.

Fausto vislumbra e luta para criar um mundo onde crescimento pessoal e progresso possam ser atingidos com um mínimo de sacrifícios humanos. Ironicamente, sua tragédia decorre exatamente de seu desejo de eliminar a tragédia da vida (BERMAN, 1986, p. 63).

Assim, Berman (1986), por meio de seu personagem, propõe um modelo de desenvolvimento que contemple a todos, sem a desigualdade social e econômica. No entanto, o que se observa é a evolução do desenvolvimento desigual e combinado, que serve para explicar os processos econômicos e sociais presentes no modo de produção capitalista. Com a produção de espaços atrasados e outros com condições mais avançadas, com a presença de técnicas mais sofisticadas e de tecnologia.

[...] Estes diferentes estágios não estão simplesmente um ao lado do outro, numa espécie de coexistência congelada, mas articulam se combinam, 'se amalgamam' o processo do desenvolvimento capitalista criado pela união das condições locais (atrasados com as condições gerais (avançados) [...]) (LÖWY, 1995, p.75).

Assim, os países menos desenvolvidos entram na tentativa de superar outros países, mas estão imersos em um processo socioeconômico desigual e combinado.

As desigualdades do ritmo que é a lei mais geral do processo histórico, manifesta-se com o máximo de vigor e de complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o açoitado de necessidades anteriores, a vida retardatária é constringida a avançar por saltos (LÖWY, 1995, p.77).

Para Freitas (2014), o Estado brasileiro está comprometido com os interesses do capital, portanto, considera a impossibilidade de o Estado sanar as desigualdades socioeconômicas. Não se pode desconsiderar que o capital se mantém e se consolida por meio do desenvolvimento desigual e combinado, que é um processo eivado de contradições, mas sem as quais o capital não se realiza e ameaça a sua existência. Ao analisar o discurso do desenvolvimento baiano, Freitas sinaliza:

[...] o que estava em pauta é o discurso do desenvolvimento para viabilizar a correção das desigualdades regionais, tratava-se na realidade da distribuição desigual e combinada das riquezas de forma tal, que imprimia uma divisão regional do trabalho específico do capital (2014, p. 352).

Vê-se, então, que o processo do desenvolvimento não ocorre livre de contradições, viu-se que a implantação de indústrias resultou em geração de lucro que foi investido em melhorias dos equipamentos, treinamento de técnicas mais sofisticadas, com o objetivo de melhorar e aumentar a produção, reforçando a acumulação capitalista e a divisão territorial do trabalho. O desenvolvimento de uma nação, ou território é sustentado somente em aspectos econômicos, por outro lado, registrou-se uma ampliação das desigualdades socioeconômicas. Para Lisboa (2007), esse modelo de desenvolvimento cumpria um objetivo econômico, pois

O ponto central residia na estratégia econômica que poderia tirar as nações do estágio de subdesenvolvimento industrial a doutrina de

desenvolvimento através da poupança, do esforço do trabalho e do comércio, era o único veículo capaz de superar o atraso e elevar as nações à posição da supremacia econômica (LISBOA, 2007, p. 46).

Assim, compreendia-se que, para o Brasil sair da condição de subdesenvolvimento, era necessário avanço técnico e tecnológico, além de considerar o viés econômico, com construção de estradas, melhorias de portos e rodovias. No entanto, estas concepções de desenvolvimento, negam o processo histórico da sociedade.

As soluções apresentadas para romper com esse modelo de desenvolvimento, parecem reforçá-lo, a exemplo da proposição de Alcoforado (2013), que estabelece uma crítica do desenvolvimento na escala mundial e defende a proposta desenvolvimentista nas escalas local e regional. O autor, acredita que somente assim haverá a valorização nos aspectos sociais e humanitários, no sentido de por a coletividade como prioridade,

[...] é possível compreender que uma estratégia política de desenvolvimento regional não pode se ater somente em ações de cunho ortodoxo, como linhas de crédito, incentivos fiscais ou de investimentos na formação bruta de capital fixo. Deve também procurar manter e ampliar o estoque de capital social em sua comunidade, fortalecendo a auto-organização social, estimulando a prática de soluções e colaborativas para problemas comuns e promovendo a participação e a abertura do diálogo com os diversos integrantes das comunidades regionais (ALCOFORADO, 2003, p.91).

Para o autor, essa concepção do desenvolvimento local, em articulação com os empreendimentos comunitários, preocupados em formar um novo tecido social, com a estimulação da população na esfera do poder, fortalecendo a classe trabalhadora é o que a sociedade necessita.

Ela tem como principal objetivo a melhoria da qualidade de vida de associados, familiares e comunidade, maior participação nas estruturas de poder, uma ação política com autonomia e independência contribuindo assim para o real exercício da democracia e para a utilização racional do meio ambiente visando o bem da geração presente e futura (ALCOFORADO, 2003, p.92).

No entanto, sabe-se que o desenvolvimento fundamentado na acumulação capitalista, contraditoriamente, ao mesmo tempo em que produz o crescimento

econômico, produz também a desigualdade social que irá criar as condições para a sua existência. A produção capitalista do território depende da produção da desigualdade para se manter. É o próprio Alcoforado (2003) quem atesta essa condição e destaca o papel da luta de classes:

A história econômica mundial não registra nenhuma casa de um país que tenha promovido o desenvolvimento econômico simultaneamente com o desenvolvimento social, isto é, que tenha apresentado elevadas taxas de crescimento do PIB, baixas taxas de inflação, baixas taxas de juros, desenvolvimento regional equilibrado e, ao mesmo tempo o atendimento das demandas sociais em termos de pleno emprego, adequadas distribuição da renda e da riqueza nacionais, habitação, serviços de educação e saúde e acesso à cultura, entre outros. No capitalismo, a compatibilização do progresso econômico com o bem-estar social depende fundamentalmente da capacidade que os movimentos sociais tenham de pressionar o governo e as classes dominantes no atendimento das demandas sociais (ALCOFORADO, 2003, p. 99-100).

É necessária a luta da classe trabalhadora para que haja garantias do desenvolvimento social, para que o Estado trabalhe em favor das necessidades do povo e não da burguesia e diminua as desigualdades sociais. Assim, é importante o fortalecimento dos sindicatos, dos partidos populares, dos movimentos sociais, para que aconteça tanto o crescimento econômico quanto social. No entanto, dentro das condições do modo de produção capitalista, esses dois aspectos ainda são contraditórios, um inviabiliza a realização do outro.

Dessa forma, as bases fundantes do desenvolvimento territorial brasileiro estão pautadas na perspectiva, exclusivamente, econômica, que teve como protagonista o Estado, ao promover esse modelo e contribuir para as estratégias capitalistas. Apesar de haver a construção de pensamentos além desses ideais, como de um desenvolvimento humanitário e social, esta concepção não é adotada pelo Estado, pois dela não é possível se obter lucro e favorecer a reprodução ampliada do capital.

2.1.1 No discurso: os postulados teóricos geográficos

Ao longo da formação territorial do Brasil, o Estado, incorpora em seu discurso conceitos, categorias e teses sobre o desenvolvimento que são oferecidos pela

ciência Geográfica. Logo, fez-se necessário revisitar os teóricos da Geografia que contribuíram para essa concepção de desenvolvimento implantada no Brasil. Assim, segundo Gómez (2005), no final da Segunda Guerra Mundial, a Geografia Política se depara com um novo modelo de controle social: o do desenvolvimento, que tem como inspiração os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Esse processo estaria sob direção do Banco Mundial (BIRD), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização das Nações Unidas (ONU), regulado pelos Estados Unidos.

O conceito de desenvolvimento imposto pelos países de primeiro mundo se baseava em analisar os indicadores socioeconômicos, em uma escala nacional, no entanto, não foi uma ação tão bem sucedida, pois houve um grande aumento das desigualdades. Dessa forma, mudou-se a escala de análise para a regional, como tentativa de descentralização econômica. Contudo, não foi o suficiente para reduzir os desequilíbrios territoriais, como constata Gómez (2005)

Custos investimentos em regiões periféricas que, ao mesmo tempo em que dilapidavam os escassos recursos e/ou 'engordavam' a dívida externa, não conseguiam diminuir as diferenças inter-regionais (GÓMEZ, 2005, p. 55).

Em mais uma tentativa, passa-se para a escala local, com a tentativa de proporcionar maior participação da população, todavia “[...] assistimos mais uma vez, a uma estratégia de mudança para que tudo continue igual, mantendo-se a reprodução do capital e a matriz de dominação fora de qualquer questionamento [...]” (GÓMEZ, 2005, p.56), ele ainda completa

Esse processo de reestruturação e de fracassos contínuos do desenvolvimento confirma que os ingentes recursos disponíveis, a assessoria de profissionais reputados e a participação de poderosas organizações servem mais para reforçar o controle social do que para solucionar os problemas sociais. O objetivo que se almeja seria ajustar a dinâmica social à ordem capitalista vigente, dando-lhe um sentido de melhora de progresso uma utopia reificada (GÓMEZ, 2005, p. 56).

Percebe-se o discurso do desenvolvimento como uma estratégia de controle social, para a acumulação ampliada do capital. As mudanças de escalas servem assim como uma complementariedade.

Essa mudança de escala põe em evidência o quanto a localização é um fator também importante para o desenvolvimento. Como exemplo, locais que dispõem de matéria prima, de transportes, de uma abundante força de trabalho, têm a atribuição de atrair mais indústrias e dinamizar a economia, havendo assim uma divisão de trabalho, logo de funções, dentro da lógica de desenvolvimento territorial.

O setor primário seria chamado a fornecer insumos e alimentos em quantidade suficientes e o setor terciário seria incumbido da direção das relações intersetoriais dos avanços tecnológicos e dos serviços gerais à população. O crescimento econômico ou o desenvolvimento econômico poderiam então ser iniciados (SILVA, 1976, p. 6).

Para Silva (1976), a localização de uma indústria cria uma atração para mais indústrias, para mais população consumidora, proporcionando um amplo crescimento econômico. Essa concepção é conhecida como a teoria dos polos de crescimento difundida por Perroux (1955) e foi muito utilizada no Brasil para impulsionar o desenvolvimento econômico e industrial.

A teoria dos polos de crescimento tem sido largamente aplicada em inúmeros países. No Brasil, geógrafos, economistas e planejadores já há um bom tempo vem utilizando as proposições de F. Perroux, em suas análises e ações de planejamento (SILVA, 1976, p. 8).

Outra concepção de desenvolvimento que serviu de parâmetro para o caso desenvolvimento brasileiro foi a de Centro e Periferia proposta por Friedmann (1969). Ao avaliar essa teoria, Silva (1976), destaca a forte concentração de técnica, tecnologia e capitais, em locais com grande crescimento econômico. As regiões centrais irão atender mais recursos e mais investimentos econômicos, chega-se até mesmo a exercer controle sobre a área periférica.

[...] Com efeito, a região central tenderá a ser aquela que concentrará a maior parte das atividades econômicas, exercendo uma renovada atração sobre os novos investimentos em função das economias de escala, da redução dos custos de transporte, das poderosas economias de aglomeração e das “economias de poder” daí decorrentes, ou seja, do controle que exerce sobre o sistema econômico nacional incluindo-se aí o controle sobre as regiões periféricas (SILVA, 1976, p. 13).

As regiões periféricas são consideradas lugares de desenvolvimento atrasado, de predominância das atividades econômicas agrárias, de grande extração de recursos naturais de fornecedores de matéria prima, com poucos avanços tecnológicos e industriais.

Autores como Jesus e Spinola (2015) também problematizam o conceito de polos de crescimento formulado por Perroux (1955), que entende que nem todos os espaços crescem economicamente de forma igual. As indústrias são responsáveis por impulsionar o desenvolvimento de um determinado território, considerado assim, polo de crescimento. Vale destacar que essa teoria do desenvolvimento também foi bastante difundida no Brasil durante o regime militar.

Começava a se tornar evidente que, apesar de todos os êxitos estatísticos resultantes dos esforços governamentais até então realizados a evolução econômica tardio dependente se fazia em termos distintos daqueles que marcaram a expansão capitalista nos países desenvolvidos (JESUS; SPINOLA, 2015, p. 943).

No entanto, não foi bem sucedida para a população de modo geral, o que houve foi uma forte concentração da renda, com vários problemas sociais, além de terem ocorrido caminhos teóricos distintos entre os polos de crescimento e o de desenvolvimento. Mas, para os grandes capitalistas, empresários e financistas foi muito bem sucedido, a proposta de desenvolvimento gerou lucro e mais acumulação de riqueza.

Já Paul Singer (2004) acredita que o desenvolvimento não deva se pautar somente na aquisição do lucro, mas sim em uma economia solidária, que visa suprir as necessidades mais urgentes da população. O autor, assim considera economia solidária:

[...] Em suma, o desenvolvimento solidário busca novas forças produtivas que respeitem a natureza e favoreçam valores como igualdade e auto-realização, sem ignorar nem rejeitar de antemão os avanços científicos e tecnológicos, mas submetendo-os ao crivo permanente dos valores ambientais da inclusão social e da autogestão (SINGER, 2004, p. 7).

Todavia, o desenvolvimento capitalista é superior, pois domina todo o cenário mundial apesar de ser seletivo, onde se tem quem se beneficia do processo e quem

é excluído à miséria. O projeto do desenvolvimento é moldado conforme as ações do capital, antes, com um modo de produção mais enrijecido, em que as escalas não tinham tanta importância para agora uma produção mais flexível, com valorização das multinacionais, por exemplo.

O desenvolvimento pode também ser compreendido por diferentes áreas do conhecimento como a econômica, com o sentido de acumular riqueza e de forma mínima garantir o bem estar social “[...] o desenvolvimento é visto como a força motriz capaz de conduzir uma sociedade atrasada a uma sociedade avançada” (SANTOS, BRAGA, SANTOS, BRAGA, 2012, p. 48). No campo político, está associado a “modernidade”, e traz a possibilidade de todos os países alcançarem o *status* de desenvolvidos e modernos, “[...] com ele é inaugurado o desejo dos países ricos de auxiliar as nações ditas atrasadas em seu desenvolvimento e a palavra subdesenvolvimento aparece pela primeira vez, evocando a ideia de mudança possível a um estado final” (SANTOS, BRAGA, SANTOS, BRAGA, 2012, p. 50).

O modelo de desenvolvimento atrelado a modernidade é propagado pela sociedade e pelos países desenvolvidos, uma modernidade difusa com o nível da industrialização e da tecnologia, principalmente pelos países ocidentais em uma estratégia capitalista de exploração das riquezas dos países subdesenvolvidos. As conclusões de Santos, Santos, Braga e Braga (2012) esclarecem essa ideia de desenvolvimento:

Uma sociedade desenvolvida é aquela capaz de garantir o crescimento da produção do consumo e da renda. Nessa perspectiva, a meta do desenvolvimento é uma sociedade industrial urbana, cujo moderno é medido de acordo com o nível da industrialização e urbanização da sociedade. A sociedade industrial e/ou desenvolvida passa a ser então um modelo ideal propagado pelo mundo ocidental e transmitido como uma possibilidade para regiões menos avançadas como África, Ásia e América Latina (2012, p. 51).

Esses postulados teóricos da Geografia contribuíram para o controle da acumulação capitalista, com a aquiescência do Estado e, conseqüentemente, para a formação territorial brasileira.

2.1.2 Na prática: o controle do território para atender à necessidade de expansão capitalista

É importante avaliar os desdobramentos práticos destas teorias do desenvolvimento adotadas no Brasil e na Bahia, pois elas resultaram em uma grande desigualdade no território. Na Bahia, ocorreu uma intensa concentração econômica, de pessoas e serviços na região metropolitana de Salvador, constituindo uma paisagem bem diferente no interior do estado. Santos (1993) definiu essa diferença entre a região metropolitana de Salvador e as regiões interioranas como macrocefalia baiana.

Têm-se em Santos (1993), contribuições riquíssimas, sobre as mudanças ocorridas no território em decorrência do avanço do meio técnico científico informacional, que segundo o autor serviu para integrar o Brasil e impulsionar a indústria, a produção econômica e o desenvolvimento no país, além da concepção de modernização com técnicas e atividades avançadas, tornando o capital cada vez mais fluído. No entanto, Santos (1993) adverte que esse processo é seletivo a uma área e a uma parcela da sociedade e tem como resultado prático a divisão territorial do trabalho.

[...] trata-se de uma área contínua onde a divisão do trabalho mais intensa que no resto do país garante a presença conjunta das variáveis mais modernas – uma modernização generalizada – ao passo que no resto do país a modernização é seletiva, mesmo naquelas manchas ou pontos cada vez mais extenso e numerosos, onde estão presentes grandes capitais, tecnologias de ponta e modelos elaborados de organização (SANTOS, 1993, p. 40).

Assim, nos locais mais concentrados de serviços estará o foco do desenvolvimento, as outras áreas recebem menos avanço, como menos infraestrutura técnica e informacional, ou seja, na prática, o desenvolvimento não se dá de modo uniforme para toda a população e nem em todo o território. Isso, na avaliação de Santos (1993), se torna um círculo infinito, pois esse processo continuará ocorrendo

para garantir o avanço de alguns locais em detrimento de outros, visto que a divisão territorial do trabalho está entrelaçada ao modo de produção capitalista.

Estamos diante de novo patamar, quanto à divisão territorial do trabalho. Esta se dá de forma mais profunda e esse aprofundamento leva a mais circulação e mais movimento em função da complementariedade necessária. Mais circulação e mais movimento permitem de novo o aprofundamento da divisão territorial do trabalho, o que, por sua vez, cria mais especialização do território (SANTOS, 1993, p. 41).

O processo de industrialização foi considerado um dos responsáveis pelo desenvolvimento do país, que tem como interesse ampliar cada vez mais para outras áreas, contribuindo para o dinamismo de acumulação capitalista. Identifica-se, dessa forma, uma modernização atrelada somente no movimento capitalista, que tem como instrumentos os meios de transporte e de comunicação, que chegam em todos os lugares, com o principal intuito de expansão para o desenvolvimento econômico. A realidade das teorias de desenvolvimento, tem servido, na prática, para o projeto capitalista.

Ainda trilhando as contribuições de Santos (1993), são as cidades e regiões locais que se beneficiam do processo do desenvolvimento e, em contrapartida, há um aumento da disparidade da divisão territorial do trabalho. Ocorre nos grandes centros urbanos do Brasil um aumento da especialização, com um território mais fluído; já a região Nordeste, apresenta menos densidade e menos especializações.

No intuito de corrigir essas disparidades entre as regiões brasileiras, utilizou-se dos postulados teóricos sobre o desenvolvimento. Assim, tem-se o pensamento do desenvolvimento da região do Nordeste pelas teses da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), também do Banco do Nordeste, além da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) como principais instituições de fomento a industrialização da região. Os estudos que foram realizados por essas instituições concluíram que:

[...] os resultados, divulgados em 1962 demonstraram através de três documentos que o eixo Salvador e Pojuca seria o local mais indicado para a implantação do projeto siderúrgico, localização da usina e do complexo industrial de Camaçari era a localização para o conjunto

petroquímico e a região de Aratu, em médio prazo, era a favorável para um complexo industrial (PESSOTI, 2008, p. 88-89).

Percebe-se, uma estratégia de concentração das atividades industriais em determinadas localidades, com incentivos do Estado para atrações de empresas nesses locais, com o oferecimento de infraestrutura e leis brandas em relação ao meio ambiente.

O resultado desse processo foi a implantação de um número expressivo de empresas com o objetivo de explorarem todas as vantagens oferecidas. Incentivos fiscais oriundos do governo federal e investimentos em infraestrutura para as instalações industriais por parte do governo estadual, concentrada em uma área próximo à capital, que também passou a oferecer facilidades portuárias, rodoviárias, ferrovias, além de energia e água, são exemplos dessas vantagens (PESSOTI, 2008, p. 89).

Mas, como todo o país está inserido no modo de produção capitalista, existe o “vai e vem do capital”. Para Harvey (2006), ele se ajusta onde for mais lucrativo, dessa forma as empresas dentro desses locais no Nordeste e, mais especificamente, na Bahia, sofriam de uma grande rotatividade. Conforme fossem concluindo os prazos dos incentivos fiscais, as empresas se deslocavam para onde fosse mais lucrativo.

Mesmo com esse problema da rotatividade, o objetivo de industrializar surtiu efeito nos números, com o crescimento no Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia. Contudo, o processo de desigualdade no Estado foi se acentuando cada vez mais, com a concentração espacial, econômica e industrial na Região Metropolitana de Salvador.

A especulação das esferas produtivas baianas ocorreu a partir do entorno do seu centro dinâmico – Salvador – e espalhou-se pelo Recôncavo sua Zona Costeira, em direção ao Sul. Por ocasião da expansão da cultura cacaueteira, os vetores de crescimento econômico se deslocaram de Salvador e sua hinterlândia para a região de Ilhéus e Itabuna, na primeira metade do século XX, proporcionando novas feições em tornos espaciais para o então quadro de dinamismo econômico da Bahia. Esta transformação, no entanto, não alterou sua organização estrutural, permanecendo, desse modo, sua característica maior: pouca diversificação econômica e excessiva centralização territorial das riquezas, embora um pouco amenizada nesse período (PESSOTI, 2008, p. 119).

Dessa forma, ainda permanece uma forte concentração em uma área, em detrimento de outras, mas, vale destacar que os dados econômicos foram importantes, levando o Estado à sexta maior economia do país. Entretanto, no aspecto social não houve muitos avanços, ou seja, há uma desorganização na estrutura econômica que não consegue refletir os bons números nas áreas sociais e humanitárias.

Como amostra da realidade concreta do Estado da Bahia, tem-se o Plano de Desenvolvimento da Bahia (PLANDEB), que tem como estratégia desconcentrar a industrialização no território baiano. Apesar de esse plano ter dado certo para algumas cidades como Salvador, ele não foi o suficiente para corrigir as disparidades sociais.

[...], mas, tanto os números como a paisagem apenas mostram uma face da realidade, escamoteando outros números e outras paisagens, confinados aos subúrbios e periferias dessas mesmas cidades, que denunciam a absurda concentração da renda e uma gritante injustiça social (SPINOLA, 2001, p.36).

Por um lado, percebe-se um crescimento econômico na Bahia, principalmente com a inserção das indústrias e o apoio às políticas de fomento ao desenvolvimento; por outro, a riqueza gerada não está disponível para toda a população. Há uma grande concentração de renda. Vale destacar que a Bahia, no contexto nacional, também sofreu esse descompasso no desenvolvimento.

Como foi visto, parte do insucesso da política de industrialização regional decorreu da própria dinâmica de crescimento da economia nacional, caracterizada pelo surgimento tardio do capitalismo industrial no país e pela sua concentração na região Sudeste, particularmente no estado de São Paulo, beneficiado pelo processo de substituição de importações ocorrido no período compreendido entre 1947 e 1967, do qual a Bahia não participou (SPINOLA, 2001, p.37).

Assim, a Bahia ficou em desvantagem em relação aos estados do Sudeste. Como já citado, o projeto da SUDENE, que não foi suficiente, esse projeto ajudou o crescimento baiano, mas permaneceu a concentração de renda, sem o

desenvolvimento almejado, sem a capacidade de se autossustentar sem a ajuda dos projetos do governo federal.

Segundo Spinola (2001), utiliza-se a concepção de polos de crescimento de Perroux (1955), todavia, não demonstrou eficácia, como explana “[...] a teoria dos polos descreve a dinâmica do funcionamento de algo cuja existência é simplesmente constatada, mas nada diz sobre as condições prévias necessárias para o surgimento daquilo cujo funcionamento ela descreve” (p. 39).

Outro exemplo de concentração do desenvolvimento baiano é o projeto de Camaçari, como polo Industrial Petroquímico, que teve como espelho grandes indústrias de São Paulo. No entanto, esse projeto também não teve sucesso, pois todo o centro de decisão das indústrias se concentrava na região sudeste, demonstrando assim a contradição do desenvolvimento.

É possível visualizar o processo da macrocefalia apontado por Santos (1993), com uma grande concentração econômica, industrial e demográfica nos grandes centros. Em contrapartida, tem-se uma paisagem de contraste da capital do estado, com o interior, revelando as desigualdades entrelaçadas no processo de desenvolvimento.

Assim, tem-se que o Estado brasileiro e baiano se utilizaram das mesmas bases teóricas de desenvolvimento, e a realidade concreta demonstra um plano muito bem articulado que, historicamente, beneficiou a reprodução ampliada do capital em detrimento das questões sociais e humanitárias. Contradições e desdobramentos práticos estão expressos no território, e a divisão social e territorial do trabalho é a mola propulsora da desigualdade sócio territorial.

2.2 A divisão territorial do trabalho como base do desenvolvimento desigual e combinado

Para se compreender o desenvolvimento desigual e combinado, é importante se ater ao processo de produção capitalista do espaço, historicamente, selecionou lugares para realização das atividades econômicas específicas, com a divisão territorial do trabalho, que tem como consequência o benefício de algumas localidades em detrimento de outras. São necessários espaços com técnicas, tecnologia e

acumulação capitalista e outros com miséria, caracterizados com baixo desenvolvimento. Esse processo produz as desigualdades e as alimenta.

Encontra-se um reforço dessa ideia em Barradas (2014), que traz contribuições ao retomar o debate clássico da divisão do trabalho em sua obra: Marx e a divisão do trabalho no capitalismo, ao entender que a ação do trabalho é muito mais complexa sendo evidenciada pela sua relação de transformação com a natureza, controlada pelo homem. Essa relação resulta na satisfação das suas necessidades que são realizadas de forma pensada e com consciência da sua ação. Para que o trabalho seja efetivamente realizado, o homem utiliza de um meio, que são os instrumentos e a matéria prima. Todo esse processo ocorre pela utilização da natureza com o valor de uso.

[...] Vale ressaltar que a realização do trabalho é a atividade humana e o que distingue os homens dos animais é a partir da produção eterna do valor de uso, ou seja, da relação metabólica entre o homem e a natureza que o homem é transformado por esse processo que resulta na satisfação das suas necessidades e em sua sobrevivência (BARRADAS, 2014, p. 36).

Constata-se que, para a realização do trabalho, é necessária uma organização entre os homens, ou seja, é preciso uma relação social que tem como resultado também a divisão social do trabalho, que se amplia e complexifica no modo de produção capitalista, deixando a natureza com o valor de uso que agora passa a ter um valor de troca.

Na produção capitalista as relações de troca entre as mercadorias tornam-se um fator intensificador da divisão social do trabalho precedente, que já se desenvolvia nas antigas corporações de ofício (BARRADAS, 2014, p. 48).

Essa divisão de trabalho acontece por intermédio do valor de troca que os produtos adquirem, com o trabalhador que vende sua força de trabalho para os capitalistas. Assim, para que o modo de produção vigente possa existir, é necessária essa relação na sociedade. “É importante, porém, perceber que as condições sociais do modo de produção capitalista impõem uma relação de dependência entre a mercadoria e a divisão social do trabalho” (BARRADAS, 2014, p. 65).

Além da ampliação da divisão social do trabalho, a relação da natureza com o homem também se complexifica, e os modos de produção se adaptam ao período para poder continuar acumulando riquezas, como ocorreu com a mudança da manufatura para as indústrias. Mas antes é preciso compreender como se estruturava o trabalhador na manufatura, com atividade específica e de especialização, como traz a autora Barradas (2014):

O desenvolvimento da manufatura intensifica o aperfeiçoamento de trabalho em relação ao seu melhoramento, à diversificação e simplificação dos instrumentos a partir da particularização adquirida pelas etapas de trabalho divididas entre trabalhadores parciais (p. 89).

Dessa maneira, quando o homem, ao evoluir no conhecimento, cria máquinas e revoluciona o capital com a indústria, esse desenvolvimento é justificado para a ampliação do lucro. “O sistema industrial de fábricas modernas representou a consolidação do capital como base objetiva de dominação” (BARRADAS, 2014, p. 111) e ela completa:

Com a industrialização a divisão do trabalho passou a ser reconhecida como método de exploração do trabalho social de forma mais lucrativa. Na produção, o capital dita a ordem, impõe o controle e a disciplina contra a resistências dos trabalhadores na organização e viabilização a potencialização do processo de trabalho. Na manufatura ainda existe a relação de reconhecimento entre o trabalhador e o uso de suas ferramentas, porque a produção exigia sua habilidade e experiência com o manejo e escolha dos instrumentos (BARRADAS, 2014, p. 118).

Com a Revolução Industrial, a divisão do trabalho também se complexifica. O trabalhador com o auxílio da máquina irá produzir mais, e como consequência gerar mais valia, além de separar o trabalhador de todo o processo de produção o que o torna mais fluido, lançados em uma massa de trabalhadores submissos a qualquer sujeição do capital.

Assim, a ideologia burguesa tem a intensão de continuar com a sua dominação diante da classe trabalhadora, para a garantia da obtenção do lucro. Enquanto houver apenas uma classe que controla todo sistema econômico, haverá a divisão de outras classes.

Para compreender a classe, é necessário fazer um contraponto entre os indivíduos que sozinhos não conseguem definir uma posição na sociedade, como bem expressa Meszáros (2011): “[...] os indivíduos só podem definir sua própria posição na sociedade de certos pressupostos que lhe são inevitavelmente impostos pelo simples fato de pertencerem a uma classe social em luta” (p. 1035). O indivíduo vê-se subordinado à convicção que a classe impõe para que esse processo seja rompido e que se dê a sua emancipação e rompa com a divisão de classes. No entanto, pelo processo capitalista de produção e pela divisão do trabalho, a percepção é diferente, os indivíduos precisam se organizar e articular para ter voz. Meszáros (2011) completa: “Por isso a classe é, paradoxalmente tanto o veículo necessário da emancipação quanto o agente ativo da tarefa histórica, também um obstáculo fundamental à sua realização” (p. 1036).

Assim, imerso no modo de produção capitalista e reconhecendo então a necessidade da classe para legitimar a luta pelos direitos a igualdade, é preciso que haja uma união das classes subordinadas para a articulação da busca da hegemonia dos menos favorecidos. No entanto, o que vem acontecendo é um processo ao contrário.

A classe dominante tem que defender interesses reais, muito grandes e evidentes por si mesmo que agem como uma força de unificação poderosa entre suas várias camadas. Em completo contraste a estratificação interna das classes subordinadas tende a intensificar a contradição entre os interesses imediatamente e os de longo prazo, definindo estes últimos etc. cujas condições de realização necessariamente escapam da situação imediata (MESZÁROS, 2011, p. 1037).

Essa estrutura de classe deixa em evidência a hierarquia social, que é resultado da divisão do trabalho, em que uns estão em posição de destaque, mas essa qualificação se deve a uma grande exploração das classes subalternas.

O capital é extremamente volátil, pois tem a capacidade de se adaptar ao meio para garantir a sua reprodução, mas o esforço do capital é tão grande que ele consegue produzir o espaço capitalista. Constrói-se assim, uma paisagem geográfica, na qual se contêm também contradições. Como expressa Harvey (2016), “[...] o modo como a paisagem evolui afeta tanto a acumulação de capital quanto a maneira como

se manifestam as contradições do capital, e do capitalismo no espaço, no lugar e no tempo [...]” (p. 139).

Por isso o capital tem como grande parceiro o Estado (Estado capitalista), que deveria fomentar a busca pela qualidade de vida da população, mas se tornou um personificador do capital (MÉSZÁROS 2002), na acumulação capitalista, cujo projeto de desenvolvimento está pautado apenas no aspecto econômico, em que a produção da infraestrutura por ele realizada é planejada de modo a garantir a reprodução ampliada do capital. Tem-se assim, claramente, um uso do espaço como força produtiva ou como mercadoria, conforme advertiu Harvey (2006) ao tratar da produção capitalista do espaço.

Dessa forma, com a produção capitalista do espaço e a divisão social do trabalho, a natureza imersa nesse processo passa a ter uma maior diversificação em vários âmbitos, como bem expressa Santos (2006) “A diversificação internacional do trabalho é processo cujo resultado é a divisão territorial do trabalho” (p. 86). Verifica-se que a totalidade dos recursos naturais também passa a ser dividida conforme a distribuição de atividades na sociedade, produzindo espaços diversificados. O resultado do homem, ao se apropriar da natureza ou produzir para interesses da acumulação capitalista, é uma sociedade dividida em classes, inseridas em um processo desigual necessário para que essa acumulação continue a existir.

Para Santos (2006), a civilização utiliza de uma organização de técnicas que forma uma unicidade e se complementa entre si. Com o avanço tecnológico e com o advento das indústrias ocorreu uma ampliação da fragmentação do trabalho, para a ampliação do processo econômico mundial.

As atividades financeiras das grandes empresas com características que foram dadas pela modernidade podem lucrar 24 horas por dia, em qualquer lugar, devido às conexões das empresas, mas que têm os países desenvolvidos como os maiores beneficiados desse processo de divisão internacional do trabalho.

Vale destacar, que o movimento da divisão territorial do trabalho é condicionado por um conjunto de movimentos dos lugares, da produção e da técnica, com características de um processo desigual e combinado.

Para Santos (2006), a divisão territorial do trabalho acontece também pelos condicionantes naturais e da condição social. Nessa divisão são implantadas em cada tempo histórico com heranças anteriores, “[...] em cada lugar, em cada subespaço, novas divisões do trabalho chegam e se implantam, mas sem exclusão da presença

dos restos de divisão dos trabalhos anteriores” (SANTOS, 2006, p. 89). Assim, pode-se considerar que a divisão do trabalho cria uma característica para cada tempo histórico.

Dessa forma, as heranças na construção do meio ambiente são fundamentais para esse processo de divisão territorial do trabalho, como descreve Santos (2006),

[...] além da divisão do trabalho morto. A ação humana tanto depende do trabalho vivo como do trabalho morto. O trabalho morto da forma de meio ambiente construído (*built environment*) tem um papel fundamental na repartição do trabalho vivo (SANTOS, 2006, p. 91).

O processo social também deixa heranças para novas etapas no modo de produção vigente “O processo social está deixando heranças que acabam constituindo uma condição para novas etapas” (SANTOS, 2006, p. 91). Ele ainda complementa ao denominar esse processo de rugosidades, como forma do passado.

As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passados (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho (SANTOS, 2006, p.92).

Assim, a divisão do trabalho não pode ser compreendida sem levar em consideração o tempo e o espaço. Vale ressaltar que os frutos passados, resultaram em conquistas tecnológicas, e com o avanço da informação foram instrumentos para o fortalecimento dessa divisão.

Dessa forma, os avanços no âmbito tecnológico, na técnica, foram estimulados com o discurso de atingir uma evolução (desenvolvimento) na sociedade, mas na verdade quanto mais inovações acontecerem, principalmente nos meios de transporte e comunicação, mais consumidores consegue-se atingir, movimentando a economia “[...] nossa era é marcada pela grande mobilidade do capital monetário graças às tecnologias da informação [...]” (HARVEY, 2016, p. 140). Assim, na produção capitalista do espaço, as mercadorias se tornam móveis ou flexíveis.

Na produção capitalista do espaço, a economia tem grande importância, por isso a diferença de países desenvolvidos para subdesenvolvidos resultou no

fortalecimento da divisão territorial do trabalho, foi propositalmente induzida para maior obtenção do lucro.

[...] as divisões de trabalho dentro de uma empresa podem ser deslocalizada para diferentes locais. A deslocalização produtiva se torna possível e o elemento de monopólio na concorrência é reduzido. As especializações regionais e as divisões do trabalho se acentuam, porque pequenas diferenças de custo (como impostos locais) se traduzem em mais lucro para o capital (HARVEY, 2016, p. 141).

A divisão territorial do trabalho é justificada para maior exploração da força de trabalho fragilizada em países de terceiro mundo, além de extrair desses países uma grande quantidade de matéria prima. Essa estratégia de desenvolvimento tem o Estado ao seu favor, quando fomenta a ideia de crescimento, às custas da exploração da classe trabalhadora e da desigualdade socioespacial, com a parceria do capital.

[...] a necessidade de produzir e manter bens coletivos requer a existência de um sistema de governo, de preferência formalizado em sistemas de administração dentro da região. Se ainda não existe um Estado, então o capital terá de criar algo parecido para facilitar e controlar as suas condições coletivas de produção e consumo. As classes dominantes e as alianças de classe hegemônica poder conceber e conceder um caráter específico à atividade política e econômica da região (HARVEY, 2016, p. 142).

Percebe-se que a busca do desenvolvimento se dá estritamente em caráter econômico, que tem como resultado um processo desigual e combinado, tratado por Smith (1988). “Isso fica muito claro na contradição geográfica entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, em que a superacumulação em um polo corresponde a superacumulação de trabalho em outro” (p. 213). Concebe-se assim, uma produção de um espaço desigual, mas de forma estratégica combinada, ou seja, nesse processo uns se beneficiam mais do que outros.

Como também demonstra Harvey (2016), “[...] as economias regionais se constituem um mosaico frouxamente interligado de desenvolvimento geográfico desigual, no interior do qual regiões ricas tendem a ficar mais ricas, enquanto regiões pobres tendem a ficar mais pobres [...]” (p. 142). Essa disparidade econômica e social é ocasionada pelo processo desigual, no qual, alguns territórios possuem avanço tecnológico e atraem mais capital, diferente de quem não detém esse atrativo, servindo-se apenas como vetor de exploração, no entanto. É um processo combinado,

interligado, interdependente. Dessa forma, a teoria do desenvolvimento se torna extremamente pautada na segregação, e ganha mais dinamismo quando o Estado trabalha contra o povo.

[...] Há muito tempo os poderes e as práticas do Estado são direcionados para satisfazer as demandas das empresas e dos portadores de títulos, muitas vezes à custa dos cidadãos. Isso implica um forte apoio estatal à criação de um clima empresarial favorável ao capital. O resultado em muitos aspectos é que os Estados podem ir muito bem, enquanto a população vai muito mal (HARVEY, 2016, p. 149).

Com a ajuda do Estado e a produção de espaços desiguais e combinados, o capital dentro das suas contradições sobrevive, ele se ajusta às suas necessidades. Também atua para obter lucro e acumular riquezas, transformando até mesmo seres humanos em meras mercadorias, em força de trabalho, sujeitas a precarização, por meio da mobilidade.

Vale destacar que os países desenvolvidos com sua burguesia contam com o expressivo apoio do Estado, que se torna um defensor do capital, como Smith (1988), destaca na sua clássica obra *Desenvolvimento desigual*

[...] o Estado se desenvolve para realizar essas tarefas, assim como defender o capital militarmente, onde seja necessário. Além disso, o capital deve defender-se a si próprio contra a classe trabalhadora, de quem há sempre uma permanente ameaça de revolta cada etapa do desenvolvimento da burguesia se faz acompanhar de um correspondente avanço político daquela classe [...] (SMITH, 1988, p. 205).

Assim, o Estado é um agente do capital, estando disponível a defendê-lo, capital este que se torna móvel, que consegue se ajustar às suas demandas. Haverá lugares com um grande acúmulo de capital e outros com funções de subordinação. Smith (1988) esclarece,

No embasamento do padrão existente de desenvolvimento desigual está a lógica e a tendência do capital em direção aquilo que chamaremos de movimento de um vai e vem do capital. Se a acumulação do capital acarreta o desenvolvimento geográfico e se a direção desse desenvolvimento é guiada pela taxa de lucro, então podemos pensar no mundo como uma superfície de lucro produzida pelo próprio capital, em três escalas separadas. O capital se move para onde a taxa de lucro é máxima (ou, pelo menos, alta), e seus

movimentos são sincronizados com o ritmo de acúmulo e crise. A mobilidade do capital acarreta desenvolvimento de áreas com alta taxa de lucro e o subdesenvolvimento daquelas áreas onde se verifica baixa taxa de lucro (SMITH, 1988, p.212).

Dessa maneira, percebe-se a divisão territorial e social do trabalho, produzindo locais onde a taxa de acumulação do capital é menor e, como consequência, têm-se áreas com elevado índice de desemprego, na condição de mundo periférico e com a precarização do trabalhador. Assim, o “vai e vem” do capital mostra como ele se desenvolve de forma desigual nos espaços, mas combinado, articulado.

Portanto, o processo da divisão territorial do trabalho, tem como consequência o desenvolvimento desigual e combinado, até mesmo os locais menos favorecidos economicamente contribuem para a acumulação de riqueza. Os países periféricos tornam-se necessários nesse processo que exclui todo o senso de humanidade, e se articulam para promover polos de miséria para a garantia da sua reprodução.

SEÇÃO III

3 TERRITÓRIO: PONDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO E A CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DA BACIA DO PARAMIRIM-BA

O conceito de território, na Geografia, esteve, ao longo dos debates acadêmicos, limitado, à noção de espaço físico e à sua vinculação às ações do Estado. Mas, deve-se levar em conta a dinâmica da sociedade, como alerta Eduardo (2006), para a necessidade de se pensar o território em uma tríade de relações: território, trabalho e poder. Desse modo, para examinar o processo de constituição dos Territórios de Identidade na Bahia e, mais especificamente, o da Bacia do Paramirim, fez-se necessário, inicialmente, pontuar as formulações teóricas que orientam ou orientaram a categoria território e a política territorial implementada pelo Estado da Bahia.

O debate sobre o território está envolto pelas relações de poder, portanto, essas são fundamentais para se compreender a produção e reprodução dos territórios. Para tanto, fez-se, em um primeiro momento, uma revisitação às considerações tradicionais sobre o território em seus diferentes aspectos e concepções para, em seguida, focar nas abordagens que ampliam a discussão sobre território e o articula com a reprodução ampliada do capital ao evidenciar as contradições da relação conflituosa capital-trabalho.

3.1 Território para além da demarcação física e da esfera estatal

O território é uma das categorias de análise da ciência geográfica, permeada por uma multiplicidade de abordagens e entendimentos. Aqui, debruçar-se-á sobre

algumas dessas contribuições com o objetivo de demarcar as filiações teóricas da pesquisa. Souza (2013), deixa em evidência a falta de um conceito central para o território, o qual, muitas vezes é utilizado de forma confusa, e, até mesmo, sem uma base teórica clara. Ademais, registra-se, a existência de equívocos entre os conceitos de espaço geográfico e de território, que são tratados por muitos como sinônimos, como assevera Raffestin (1980).

Ao retomar esse debate sobre o território desde Ratzel (1990), já se observam as suas preocupações com a base física, pois para o autor a sociedade e o próprio Estado não podem existir sem uma base física, da mesma forma um povo não pode existir sem o território. Como ele bem expressa no clássico *Geografia do Homem (antropogeografia)*. “O fato de estes dois organismos estarem ligados ao seu solo é a consequência natural da ligação evidente que une a criatura humana a terra” (p. 73). Assim, para Ratzel (1990) o solo é de fundamental importância para reconhecimento do território, o qual é responsável por ser o formador da sociedade.

[...] Em todos esses casos nos encontramos diante de organismos que estabelecem com o solo uma ligação durável, em consequência da qual o solo exerce a sua influência sobre os organismos e aqueles sobre estes (RATZEL, 1990, p. 74).

Ratzel (1990) ainda acrescenta o quão importante é a base física do território, como nas moradias primitivas, que necessitam de uma boa caça e pesca para se fixarem em uma localidade, ou seja, as boas condições do território são um argumento de necessidade primeira da sociedade. Devido a essa carência, é possível considerar o solo como fundamental para a civilização. Dessa maneira, de forma natural, o instinto humano vai ser levado a uma proteção desse espaço, sempre com o intuito de tê-la em posse.

[...] A sociedade que consideramos grande ou pequena, desejará sempre manter sobretudo a posse do território sobre o qual e graças ao qual ela vive. Quando esta sociedade se organiza com esse objetivo, ela se transforma em estado (RATZEL, 1990, p. 76).

Assim, o Estado organizado tem como objetivo proteger o território e a sociedade que o compõe, ver como essencial para suprir as necessidades básicas de moradia e sobrevivência,

[...] Na verdade o solo nos aparece como a causa mais profunda da sujeição humana, na medida em que permanece rígido, imóvel e imutável, abaixo das mutáveis disposições humanas, e se ergue dominador acima do homem toda vez que este ignora sua presença para diverti-lo severamente de que a raiz da vida está unicamente no solo. É ele que, duramente e sem nenhum critério de escolha, determina a cada povo o seu destino (RATZEL, 1990, p. 81).

Num contexto mais recente, têm-se as contribuições de Raffestin (1980), que, além de fazer uma advertência sobre a confusão presente na Geografia em relação ao que se entende por espaço e por território, apresenta uma compreensão na qual o território se forma por meio do espaço, com o processo de apropriação e com o trabalho humano. Assim, Raffestin (1980), em uma de suas sentenças mais conhecidas, esclarece: “O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si” (p. 144). O espaço é, então, anterior a qualquer ação, reconhecido somente como natural, como base física com limites e fronteiras, e, ao exercer poder, será admitido como território.

Nessa direção, o território produzido é permeado por relações que envolvem o poder controlado em uma base física, e que tem os sujeitos ou, como o próprio Raffestin (1980) trata, os “atores” como representantes do centro que projetam as relações de domínio, de funções e de controle.

Desse modo, guardadas as particularidades nas abordagens, tanto Ratzel (1990), quanto Raffestin (1980), parecem priorizar, em suas análises sobre o território, a dimensão física, apenas com significado nos seus limites, sem levar em consideração outros tipos de relações e aspectos que ocorrem para além da base física.

Para além dessa compreensão do território como base física estão as formulações de Souza (2013), que defende que o território tem de estar permeado pelas relações de poder, que ganha proporção por meio da união dos indivíduos bem organizados, formando grupos com interesses comuns. No entanto, estudiosos, principalmente, da geografia política, reconhecem o poder de forma diferente, pois,

para estes, é um termo de dominação, violência e autoridade, ou seja, semelhante à força de uma repressão. Dessa maneira, Souza (2013), advertiu que o poder tem “[...] como sua característica essencial, não a coerção e muito menos a repressão violenta, mas sim, um certo grau de entendimento mútuo fonte da verdadeira legitimidade do seu exercício” (p. 82). À vista disso, o coletivo de pessoas bem organizadas com autonomia, pode exercer a atividade do poder, e, sua estrutura resultar em uma dominação de um determinado território.

Em contrapartida, Haesbaert (2014) afirma que territorializar o espaço pode estar associado ao exercício de domínio e interesse em âmbitos político-cultural, político-militar e político-econômico. Assim, pode-se compreender o território em várias dimensões, como a política, a qual, está voltada às relações de poder, que não necessariamente estão restritas ao Estado. A perspectiva cultural é pautada na subjetividade pertinente à apropriação simbólica e identitária que o espaço vivido tem. A dimensão econômica é como fonte de recursos e de riquezas por relações de classes como o modelo capital-trabalho.

Seguindo nessa perspectiva econômica do território em que se dá uma grande importância às condições físicas como fonte de riquezas, vê-se um maior controle do seu uso para atender aos interesses capitalistas. Embora o ato de territorializar seja utilizado para a sobrevivência de um povo, não se pode desconsiderar que nesse mesmo ato existe o objetivo de acumular riquezas provenientes do território.

Em direção oposta a esse pensamento econômico, o território na visão mais cultural está envolvido com o sentimento de pertencimento a uma identidade e reforça o seu valor simbólico, como esclarece Haesbaert:

Nas sociedades agrícolas pré-industriais e nas sociedades “primitivas” de caçadores e coletores, o território não se definia por um princípio material de apropriação, mas por um princípio cultural de identificação, ou, se preferirmos, de pertencimento. Este princípio explica a intensidade da relação ao território. Ele não pode ser percebido apenas como uma posse ou como uma entidade exterior à sociedade que o habita. É uma parcela de identidade, fonte de uma relação de essência afetiva ou mesmo amorosa ao espaço (HAESBAERT, 2014, p. 72).

Aprofundando mais no viés político, o território é também local de reivindicação do domínio e da autoridade, sendo o ato de territorializar uma manifestação concreta da soberania. Entretanto, ocorre uma confusão em reconhecer somente o domínio

político como o controlado pelo Estado, que tem uma base do exercício do poder materialista. Sobre isso, Haesbaert (2014), esclarece que o território tem que estar baseado no poder dos pensamentos, na cultura, pelo signo, estando além de uma materialidade, como expressa: “[...] nesta perspectiva o pertencimento de uma materialidade implica a representação da identidade cultural e não mais a posição num polígono” (2014, p. 71).

No entanto, o território também pode ser visto em um sentido integrador (economia, política e cultura).

Sobriariam então duas possibilidades: ou admitir vários tipos de território que coexistiram no mundo contemporâneo e o dependendo dos fundamentos ligados ao controle e/ou apropriação do espaço, isto é, territórios políticos, econômicos e culturais, cada um deles com uma dinâmica própria, ou trabalhar com a ideia de uma nova forma de construirmos o território, se não de forma “total”, pelo menos de forma articulada/conectada, ou seja, integrada pelo menos ao nível individual ou de grupo, precisamos de alguma forma partilhar um espaço que, no seu conjunto, integre nossa vida econômica, política e cultural (HAESBAERT, 2014, p. 76).

Outra contribuição importante encontra-se em Saquet (2007) para quem o território é uma construção de apropriação e dominação social realizada no dia a dia, estando esta relação permeada pelos aspectos do poder. Esse autor considera o território como o espaço da construção da identidade, com relações recíprocas. Mas, para se conhecer a identidade territorial, deve-se levar em consideração uma combinação de relações que contenha semelhanças, como: a história, as tradições e a cultura, na qual se remete a uma memória. A população deve ter interesses em comum e comungarem das mesmas projeções para o território, como bem expressa Saquet (2007), para quem o território “[...] é produto e condição de ações históricas e multiescalares com desigualdades, diferenças, ritmos e identidades” (p. 73).

Saquet (2009), ao trazer à luz algumas concepções de território, evidencia as contribuições de Santos (1988), nas quais o tema território se constitui como uma configuração territorial, com sistema de fixos e fluxos, ou seja, o fixo reconhecido como um objeto material, concreto, que seriam as empresas, e os fluxos, que estão relacionados ao movimento, que dá dinâmica aos fixos como as relações de trabalho. Reconhece-se o território em diferentes paisagens com componentes naturais e sociais.

Já na mesma obra de Saquet (2009), ele aborda a reflexão de Raffestin (1978 e 1976) a territorialidade está posta como relacional e dinâmica, em que sofre mudanças no tempo e no espaço, conforme as características de cada sociedade. Saquet (2009), acrescenta que

O território significa articulações sociais, conflitos, cooperações, concorrências e coesões é produto de tramas que envolvem as construções (formas espaciais), as instituições, as redes multiescalares, as relações sociais e a natureza exterior ao homem, são objetivo-material e subjetivo-imaterial ao mesmo tempo (p. 88).

Assim, os territórios contêm características internas semelhantes e, portanto, podem ser classificados em diferentes territórios. Em alguns territórios, ocorre uma padronização em relação a cultura, a história e os hábitos da população, além de se ter como consequência um maior controle interno, como mostra Haesbaert (2014): “Por isso, toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais” (p. 89). Dessa maneira, considera-se a identidade como uma relação política de comando, controle e poder. Por isso, o Estado vem como um promotor da territorialidade. A proposta de constituição dos territórios de identidade pelo Estado baiano parece se aproximar dessa tese de domínio e controle.

Em outra direção, Oliveira (1999), entende que o território vai muito além da concepção em uma base física e está vinculado à dimensão da reprodução ampliada do capital. O espaço é produto das lutas de classes para uma repartição ou socialização igualitária da natureza. Ressalta-se também a contradição existente na reprodução do território baseada na dialética de construção, destruição, manutenção e movimento que resulta em um desenvolvimento desigual, mas, ao mesmo tempo, combinado, ou seja, o território na condição de produção e reprodução constante. Dessa maneira, o modo de produção capitalista em suas contradições para maior acumulação e ampliação contribui para destruição e formações territoriais. Como ele bem expressa:

Parto da concepção de que o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/ modo de

produção/ distribuição/ circulação/ consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (política, ideológicas simbólicas, etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação (OLIVEIRA, 1999, p. 74).

Com o advento do capitalismo e sua ampliação, cada vez mais está presente a centralização do poder nas mãos da classe dominante (capitalista). Em contrapartida, tem-se o aumento da desigualdade social, entre as classes (trabalhador e capitalista). Em vista disto, há necessidade de a classe trabalhadora romper com esse processo. Entretanto, reputa-se como exemplo a sociedade organizada pelo Estado, que permitiu que as empresas multinacionais e as grandes corporações estabelecessem a sua própria ordem, com o totalitarismo e rigidez, na classe trabalhadora, contribuindo para a distância social das classes. Isso produz sujeitos alienados, pois são excluídos do modo de produção capitalista e são estimulados para o consumo, para favorecer a ampliação no valor de troca, ao adquirir utensílios sem utilidades, estimulados apenas pelo poder de compra e de gerar mais lucro. Como trata Bogo (2010), “[...] enquanto tudo se torna mercadoria, os poderes públicos articulam as reformas para satisfazer os interesses do imperialismo, gerando mais miséria e descontentamento social” (p. 16).

Para romper com essa acumulação capitalista e a produção da miserabilidade, é necessária a luta de classes, organizada, com condição de sujeitos reconhecidos por uma identidade de poder. Como exemplo, o Movimento dos Sem Terra tratado por Bogo (2010), que estão na luta por garantir seu território como forma de sobrevivência e reprodução humana. Para os capitalistas, o território é tido como um investimento de acumulação de lucro e exploração da força de trabalho. A busca pela conquista do território é uma reafirmação da luta de classes, que está além de uma dimensão de recorte espacial.

Nesse espaço territorial, que é o campo a busca da conquista da terra permite também a constituição da classe através da inclusão de pessoas em uma coletividade de luta. Os Sem Terra organizados e conscientizados passam a ter noção de qual deve ser o seu na história (BOGO, 2010, p. 137).

O território é produzido como local de luta, de enfrentamento das classes dos trabalhadores e dos capitalistas, “A organização de classe impede que cada um se isole em seu espaço” (BOGO, 2010, p. 140).

Diante desse processo de produção do território marcada pela contradição, tem-se o Estado como mediador das ações realizadas pelas classes, mas não de forma pacífica ou que agregue a todos os envolvidos, mas pelo contrário, tem a função de contribuir para a territorialização de forma mais desigual, auxiliando na acumulação capitalista. Assim, para uma parcela da sociedade, os latifundiários e a burguesia veem-se no território com a função para a especulação e valorização, para posterior reprodução desse processo, que ao mesmo tempo exclui a outra parcela da sociedade.

Pelo exposto, nota-se que o conceito de território possui diferentes fundamentos teóricos, que nutrem, desde pequenas divergências, até abordagens diametralmente opostas. Nesta pesquisa, filia-se às concepções de território que o compreende para além da base física e o insere no processo de desenvolvimento desigual e combinado, o qual resulta das relações contraditórias inerentes a uma sociedade de classes.

3.2 A transição do planejamento regional para os territórios de Identidade: a efetivação do território para o Estado.

Nos documentos sobre a política territorial do Estado da Bahia disponíveis na Secretaria de Planejamento (SEPLAN), registram-se a extensão e diversidade do território baiano em todos os seus aspectos: histórico, social, cultural, econômico e ambiental. Essas múltiplas características se devem a sua história de povoamento, que imprimiu um padrão cultural de ocupação e uso do espaço. No entanto, o mesmo documento afirma existir uma grande desigualdade no estado da Bahia, com uma intensa concentração econômica e social na região (metropolitana de Salvador). Santos (1993) já apontava que a capital Salvador e sua região metropolitana mantinham uma grande distância do desenvolvimento das demais regiões da Bahia, fato que o fez denominar esse desenvolvimento desigual de “macrocefalia baiana”

Santos (1993). Assim, desde 2007, o governo da Bahia pensa em estratégias para amenizar esse descompasso entre os municípios, por meio da política de “territorialização”.

Dessa maneira, foi realizado o Plano Plurianual (PPA) participativo em 2007, para os exercícios referentes aos anos de 2008-2011, com o objetivo de traçar metas para a redução das desigualdades territoriais na Bahia. Assim, os territórios de identidade são fruto do PPA (2008-2011), o qual, teve a participação popular por meio de 17 plenárias pelo interior e capital do estado, com a presença de gestores públicos, coordenadores de entidades de grupos sociais e do movimento da agricultura familiar.

Vale ressaltar que a presença de grupos da agricultura familiar no PPA (2008-2011) foi de fundamental importância, tendo em vista que o território de identidade, foi proposto primeiro por esse grupo, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Fica nítido que o programa tem como objetivo aumentar e estimular o desenvolvimento dos territórios rurais, e para ampliar e facilitar as políticas estatais e de governos e programas governamentais voltados para o campo da agricultura familiar e dinamização da economia. O estado da Bahia utiliza uma estratégia perspicaz, de divisão e mapeamento dos territórios rurais para a inclusão dos municípios com as suas áreas urbanas. O processo foi realizado durante os anos de 2003 a 2006 para ampliação de desenvolvimento e incorporação de programas governamentais:

No período de 2003 a 2006, foram realizadas várias atividades, dentre as quais levantamento das delimitações geográficas existentes, reuniões entre organizações e as bases locais para opinarem quanto à inserção dos municípios nos territórios, apresentação de propostas e ajustes, eleição de representantes de cada território. Desse processo foram revelados vinte e cinco territórios rurais (BAHIA, 2011, p. 04).

Dessa maneira, a estratégia apresentou-se de forma positiva, e no ano de 2007, o então governador Jaques Wagner, reconheceu a divisão territorial como um projeto mais amplo e incluiu a Região Metropolitana de Salvador. É também nesse período que se inicia a mudança e instituição dos territórios rurais:

Ao assumir o Governo da Bahia em 2007, o Governador Jaques Wagner reconheceu a legitimidade da divisão territorial que foi confirmada e a adotou como unidade de planejamento das políticas públicas do Estado da Bahia. Para tanto, foi necessária a ampliação da representação e do escopo das políticas trabalhadas nos espaços colegiados nos territórios, acrescentando ao rural as temáticas e as entidades urbanas. Desta forma, incluiu-se o Território Metropolitano de Salvador, o 26º território. E os territórios rurais passaram a ser chamados de Territórios de Identidade (BAHIA, 2011, p. 04).

Dessa forma, a denominação e concepção de territórios rurais passaram a denominação de Identidade, devido a necessidade de ampliar as áreas de atendimento como o meio urbano, além de ser uma alternativa para reduzir as disparidades do crescimento socioeconômico no território baiano. Houve também a inclusão da região metropolitana de Salvador, que de forma estratégica também iria participar dos programas do governo federal, os quais antes dessas adequações só incluíam os territórios rurais. Assim, apresenta-se o PPA (2008-2011):

A utilização do conceito de território de identidade facilitará a articulação entre as ações desenvolvidas pelo governo do estado e os programas federais, com rebatimento no território baiano, bem como a diretriz da integração entre governo e sociedade (PPA, 2008-2011, p. 53-54).

Destarte, alguns questionamentos são levantados: *em relação ao entendimento do que seriam esses Territórios de Identidade? Quais os critérios e os conceitos utilizados pelo governo para essa definição? A demarcação foi baseada em critérios de identidade ou por base física? Ou seria uma regionalização para facilitar a organização do estado e a relação com os programas do governo federal?*

Ao buscar as respostas para as indagações, foi possível perceber que os Territórios de Identidade começam a ser inseridos no PPA de 2008-2011, como estratégia de ampliação na facilidade de comunicação com o governo federal:

[...] onde o sentimento de pertença da população, associado a características socioeconômicas, políticas, culturais e geo-ambientais de cada espaço, constituiu um elemento essencial para a definição e delimitação dos 26 territórios baianos. A utilização do conceito de Território de Identidade facilitará a articulação entre as ações desenvolvidas pelo Governo do Estado e os programas federais, com

rebatimento no território baiano, bem como a diretriz da integração entre governo e sociedade (PPA, 2008-2011, p. 54-55).

No entanto, o PPA (2008-2011), não esclarece quais foram os caminhos percorridos para a utilização dos critérios usados para a definição de Território de Identidade, além disso, não foi possível localizar uma lei de institucionalização dos territórios, somente o decreto 12.354 de agosto de 2010. Depois de três anos o governo instituiu os territórios de identidade, que trazem como objetivos e critérios:

Art. 1º Fica instituído o Programa Territórios de Identidade, com a finalidade de colaborar com a promoção do desenvolvimento econômico e social dos Territórios de Identidade da Bahia, em consonância com os programas e ações dos governos federal, estadual e municipal (BAHIA, Dec. 12.354, 2010).

§ 1º Considera-se Território de Identidade o agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, e reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial (BAHIA, Dec. 12.354, 2010).

Entretanto, como mencionado anteriormente, os territórios de Identidade se formam por meio dos programas do MDA, que traz uma concepção diferente da adotada pela SEPLAN. Expressa-se no MDA que:

É um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA, 2003, p. 34).

Nota-se, que o governo do estado, por meio da SEPLAN, adota critérios diferentes do MDA, percebe-se também que se faz um ajuste dos conceitos de território com o acréscimo do termo “Identidade” e retirada de “cidades e campos” do MDA. Ou seja, a ideia de implementar territórios de identidade, é uma regionalização adotada para facilitar a integração dos programas do governo federal. Assim, deixa-se claro que o governo não teve a sensibilidade para a conceituação dos termos que

são tão utilizados, além dos questionamentos em relação a qual identidade foi adotada.

Ademais, como expressa a subseção 3.1, a conceituação de território vai muito além de uma demarcação física e do controle do estado. Está permeada por relações de poder em uma sociedade de classes marcada por contradições e conflitos que ultrapassam a dimensão cultural e simbólica. A proposta do governo do Estado da Bahia de instituição dos territórios de identidade parece ser, apenas, mais uma nomenclatura usada, sem corresponder aos conceitos a que de fato pertencem, além de se aproximar muito mais de uma proposta de regionalização. Como avalia Gomes (2000), “A região tem também um sentido bastante conhecido como unidade administrativa e, neste exerce frequentemente a hierarquia e o controle na administração dos Estados” (p. 53). Além de entender a região, “[...] neste caso, é possível perceber que o emprego da noção de região está bem próximo de sua etimologia, ou seja, área sob um certo domínio ou área definida por uma regularidade de propriedades que a definem” (GOMES, 2000, p. 54). Assim, o processo de regionalizar é dividir o espaço por meio de critérios bem definidos, essa ação pode sofrer mudanças constantes, pois tem que se ajustar à forma que mais vai contribuir para a organização do Estado. Como bem trata novamente Gomes (2000):

As divisões não são definitivas, nem pretendem inscrever a totalidade da diversidade espacial, elas devem simplesmente contribuir para um certo entendimento de um problema, colaborar em uma dada explicação (p. 63).

Ademais, mesmo com o avanço do modo de produção capitalista, a região continua a contribuir para a organização da classe dominante, mais uma contribuição do autor “[...] Novas regionalização foram então estabelecidas tendo em vista os diferentes padrões de acumulação, o nível de organização das classes sociais, o desenvolvimento espacial desigual, etc.” (GOMES, 2000, p.65).

Assim, para se considerar um espaço como um território, é necessário que se tenham relações de poder, dominação e apropriação. Caso esse território seja dividido em critério físico, não estará correspondendo ao seu conceito, mas sim a um processo de regionalização.

Além do mais, vale ressaltar que a intenção da demarcação do estado pelos territórios de identidade, revela uma contradição: por um lado, o PPA (2008-2011) assegura um olhar especial diante das especificidades de cada território, como exposto: “[...] os 26 territórios de identidade requerem estratégias diferenciadas de intervenção que respondam adequadamente aos seus problemas, necessidades e potencialidades” (PPA, 2008-2011, p. 55). No entanto, por outro, o mesmo documento apresenta contradições quando propõe objetivos específicos de estratégia do governo para ampliar o desenvolvimento econômico e social para alguns macroterritórios:

As Diretrizes Estratégicas Territoriais definidas pelo Governo do Estado visam: a) "Desenvolver o Semi-Árido Baiano", b) "Consolidar a Região Metropolitana de Salvador (RMS) como Pólo Metropolitano de Serviços", c) "Dinamizar a Região Cacaueira" e d) "Dinamizar as Diferentes Regiões do Estado da Bahia" (PPA, 2008-2011, p. 55).

Percebe-se assim, uma atenção maior para com alguns territórios (chamados também de *região* pelo governo), estando esses em escala de maior importância, como completa o PPA (2008-2011):

A priorização da Região Metropolitana de Salvador, do Semi-Árido e da Região Cacaueira significa que, devido a problemas específicos, elas merecem uma atenção especial na formulação da estratégia de desenvolvimento e da ação do Governo. Não obstante, os demais subespaços estaduais também se constituíram em objetos de intervenção do Estado, com o suprimento de suas carências de infraestrutura social e econômica e identificação e fomento de suas potencialidades econômicas (PPA, 2008-2011, p. 56-57).

De forma estratégica, o governo prioriza alguns territórios com necessidade de uma “atenção especial”, e os outros territórios ficam sem nenhum plano para o impulsionamento do seu desenvolvimento econômico e social. Como acontece com a região metropolitana de Salvador – já privilegiada, diga-se de passagem – o governo apresenta estratégias de estimular ainda mais o seu crescimento em detrimento dos outros territórios:

O conjunto de atividades e serviços empresariais que podem ser dinamizados na Região Metropolitana de Salvador tem potencial para transformar essa região em Portal Nacional e Internacional de articulação com a economia global, tornando-se um espaço privilegiado de articulação da economia do interior do continente sul-

americano com o mercado global. Evidentemente que os investimentos necessários para tal, ultrapassam o espaço regional e mesmo estadual, constituindo-se, assim, em elemento da inserção da Bahia em um projeto nacional (PPA, 2008-2011, p. 56).

Observa-se que o Estado dá ênfase ao sentimento de pertencimento da população aos territórios de identidade: “Elemento essencial para a construção do território é o sentimento de pertencimento, não havendo território se as pessoas que nele vivem não se sentem incluídas” (PPA, 2008-2011, p. 56-57). Entretanto, pela própria construção do projeto, não estão esclarecidos de quais os procedimentos adotados e realizados para a demarcação dos territórios pelo sentimento de pertencimento. O que deixa transparecer é um projeto mais voltado para a regionalização com o intuito de facilitar a implementação de políticas estatais ou de governo. Assim, para uma grande parte dos cidadãos baianos, os territórios não fazem sentido algum, eles não sabem nem qual a sua função e importância, muitos menos se veem inseridos nesse processo, como traz a autora Cyntia Flores (2015), na sua dissertação de mestrado: “[...] As respostas demonstraram que a população em geral não reconhece o Território de Identidade como uma região, aliás, grande parte não saberia nem mesmo afirmar a qual território pertence seu município” (p. 149). Diante da sua pesquisa, ela também encontrou “[...] uma parte da população se envolve, mas não concorda com o recorte espacial e isso pode prejudicar a credibilidade da política” (p. 150).

Para Freitas (2014), o Estado baiano se mostra um tanto quanto insensível ao delimitar as políticas territoriais e deixar de lado a sua essência. Transforma-se tudo em valor de troca. Para a autora, o MDA ao definir o território comete equívocos, pois

É espaço físico, ao mesmo tempo integra a contradição campo-cidade e nele encravam-se paisagens determinadas pelo ambiente, economia e sociedade, porque é totalidade espacial, porém os limites georreferenciados e tornados fronteiras – que são locais de mandos – não terão laços fortalecidos pela identidade e coesão cultural, mas por relações sociais alicerçadas na divisão social do trabalho numa sociedade de classes (FREITAS, 2014, p. 340).

Também faz críticas ao tratamento usado pelo MDA à população ao tratá-la como grupos sociais, negando a condição de classe da sociedade. Assim, como o capital necessita controlar esses espaços, o Estado como um grande precursor ajuda

a elaborar conceitos e entendimentos distorcidos, com o propósito de desconstrução teórica e legítima ainda mais as ações dos capitalistas, contribuindo para a sua ampliação.

[...] Se é geopolítico como então conceber a sociedade sem o território? Esta relação sociedade-espaço (territorial), é a essência da geografia, do reconhecimento sobre o conteúdo político do espaço e o conflito que lhe é inerente, tem sua gênese no modo de produzi-lo. A relação sociedade-espaço se interpõe e é condição para a existência do Estado (FREITAS, 2014, p. 343).

O território não pode ser visto somente como um projeto formado pelo Estado, ele é a essência da constituição da sociedade e o próprio Estado. Nega-se à população a condição de sujeitos como construtores desses espaços e é vista como indivíduos que podem ser moldados aos critérios impostos. Desse modo,

A forma como o Estado pensa o desenvolvimento territorial é fundamentalmente contraditória, primeiro porque o território é definido como escala de poder ao mesmo tempo de desenvolvimento. Tal posição põe em xeque o enfoque territorial partindo do princípio que, para implantação desse processo torna-se necessário a integração dos espaços e clareza na definição das políticas públicas. A contradição se aprofunda quando as relações sociais são implementadas por “atores” e “agentes”, não sujeitos inseridos na luta de classe. Enquanto isso, o respeito à diversidade, a solidariedades e justiça social estão programados para produzir uma sociedade específica que é assentada no modo de produzir espaço fincado no capital (FREITAS, 2014, p. 347).

Conforme analisado, o projeto dos territórios de identidade que – tinha como objetivo sanar os problemas sociais e corrigir as disparidades econômicas – torna-se ineficaz, pois o Estado serve ao capital.

Também foi possível verificar que as primeiras aproximações com a realidade concreta já permitem entrever que muitos territórios foram divididos e nomeados sem que se observassem as semelhanças entre os municípios que o compõem, como defendido no projeto. O território da Bacia do Paramirim-BA é um exemplo disso. O uso do critério físico da “Bacia do Paramirim” parece confirmar as suspeitas de que outros critérios e dimensões foram ignorados. A competição e as diferenças entre os municípios desse Território demonstram muito mais suas divergências do que aquilo que o projeto defende como laços identitários ou de pertencimento ao território.

Assim, os territórios de identidade deveriam ser constituídos por questões históricas, sociais e políticas, mas se nota que são usados e formados com outras intenções para aliviar as tensões existentes nos territórios, nas lutas de classe, para mascarar os diferentes interesses da população – e para facilitar as ações dos capitalistas, que têm os seus interesses como prioritários, o que comprova o pensamento de Smith (1988) e de Oliveira (1999), em reconhecer uma produção de territórios desigual e, ao mesmo tempo, combinada. A produção capitalista tem como seu maior objetivo obter lucro, e é dessa lógica que surge o desenvolvimento desigual e combinado do espaço. Desta forma, o capital está em um constante vaivém, para se ajustar às suas necessidades de sempre obter lucro. Por isso, o capital se mobiliza para onde há a possibilidade de ampliar a taxa de lucro. Até em lugares considerados com pouco crescimento econômico, serão atrativos para o capital, pois a falta de investimentos leva a altas taxas de desemprego, reduzidos níveis de organização dos trabalhadores e baixos salários, o que os tornam atrativos para o capital, sendo susceptíveis de um rápido desenvolvimento. Desta maneira, o capital permanece em um movimento constante, aproveitando todas as oportunidades para se obter lucro, por meio de um desenvolvimento estrategicamente combinado, e com suas contradições como ensina Smith (1988): “[...] isso fica muito claro na contradição geográfica entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, em que à superacumulação em um polo corresponde a superacumulação de trabalho no outro [...]” (p. 213). Oliveira (1999) também traz a sua contribuição:

O processo de construção do território é simultaneamente construção/destruição/manutenção/trans formação. Em síntese, é a unidade dialética, portanto contraditória da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve (p. 74).

Esse processo desigual também se confirma quando o governo privilegia alguns territórios por serem mais atrativos para o circuito do capital, que se mobiliza para onde há a possibilidade de ampliar a taxa da mais valia. Isso ocorre com o planejamento muito bem elaborado em valorizar as atividades da região metropolitana, por possuir a maior quantidade de força de trabalho, e população consumidora. Algumas cidades do semiárido, como Juazeiro vem se tornando uma área de interesse para o Estado por obter grande produção de frutas, que vem conquistando cada vez mais o cenário internacional. A região cacaueteira há muito

tempo gera lucro para o estado da Bahia, mas está à margem dos outros territórios. Vale trazer novamente Oliveira (1999):

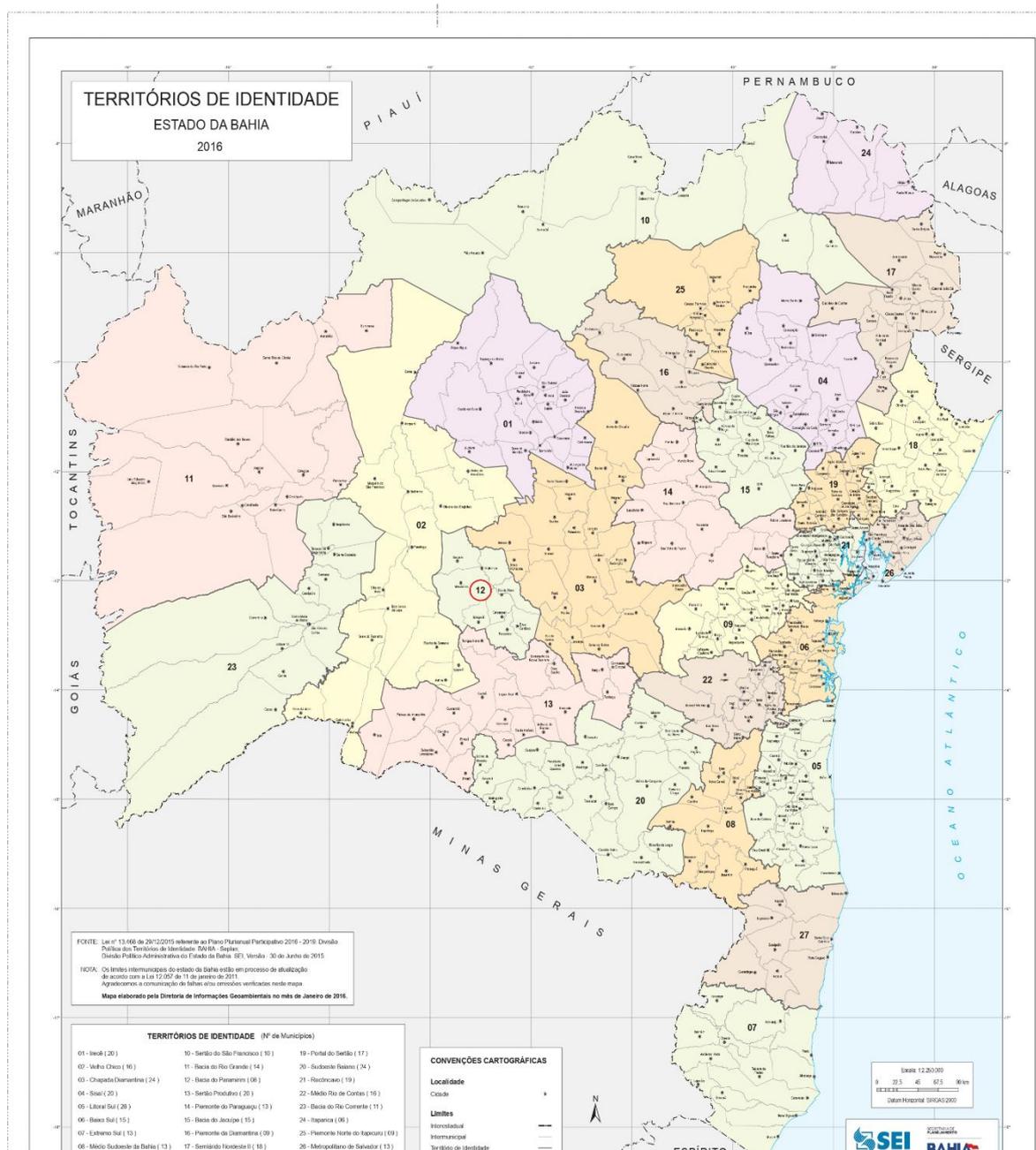
[...] é essa lógica contraditória que constrói/destrói formações territoriais em diferentes partes do mundo ou faz com que frações de uma mesma formação territorial conheçam processos desiguais de valorização produção e reprodução do capital confrontando as regiões (p. 75).

Além disso, os territórios são utilizados com uma força política partidária em um jogo de interesses particulares que se sobressaem em relação aos anseios da população como um todo.

3.3 Constituição e caracterização do Território de Identidade da Bacia do Paramirim – BA

Conforme foi tratado na subseção 3.2, os territórios de identidade foram institucionalizados no ano de 2010, por meio de um decreto. Assim, o governo fez a divisão territorial agrupando os 417 municípios em 27 Territórios de Identidade. O da Bacia do Paramirim-BA é representado pelo número 12, conforme o Mapa 02, composto por 8 municípios, Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibipitanga, Macaúbas, Paramirim e Rio do Pires. Esse Território está localizado no Centro Sul Baiano, e representa a menor taxa de urbanização (36,2%) entre os Territórios de Identidade na Bahia, conforme exposto pelo IBGE. Além disso, o Território da Bacia do Paramirim-BA, não possui destaque no cenário estadual, comparando-se com os outros territórios no setor econômico, apresenta um número reduzido de habitantes (150,2 mil) e pequenas extensões territoriais, conforme está disponível na plataforma da SEI. A Bacia do Paramirim como um todo teve um pequeno crescimento, considerado inferior em relação a ampliação demográfica do estado da Bahia, conforme demonstra o Perfil da Bacia do Paramirim (2015), documento este organizado e produzido pelo governo.

Mapa 02 - Territórios de Identidade da Bahia, 2018.



Fonte: Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia, 2018

O crescimento populacional no território não foi exponencial, apresentou um pequeno acréscimo, pois os dados de 2010 registrou uma população de 147 mil habitantes e, 11 anos depois, em 2021, saltou para 150 mil habitantes. Esse fraco crescimento pode ser justificado pela condição de sua inserção no processo geral da acumulação capitalista que, ao produzir o espaço de forma desigual e combinada, estabelece uma divisão territorial do trabalho. O território em apreço tem se comportado como “célula espacial de reserva de força de trabalho” (PERPÉTUA,

2013). A população tem estado vulnerável às migrações forçadas em busca de emprego, como aponta o trabalho monográfico de Souza (2019), tendo como destino preferencial o estado de São Paulo, conforme demonstra o Perfil da Bacia do Paramirim (2015), com a saída de 6,3 mil emigrantes entre os anos de 2005 a 2011. Mesmo com a forte perda de população no território, pelo fenômeno das migrações, a taxa de urbanização (36,2%) vem crescendo em de forma lenta a cada censo demográfico, devido à mobilidade da população rural para esse novo meio. Contudo, mesmo diante desse processo, o território da Bacia do Paramirim ainda se apresenta com a menor taxa de urbanização (36,2%) em relação ao estado (71%).

A denominação utilizada na divisão territorial do estado refere-se a uma bacia hidrográfica que fica localizada no município de Paramirim, considerada a principal fonte hídrica do território, por ter a responsabilidade de abastecer alguns municípios.

Ademais, no setor de saúde, os municípios do território apresentam uma oscilação em relação ao número de leitos e ao quantitativo de médicos disponíveis para a população na rede pública. Como apresentado na Tabela 01.

Tabela 01 - Indicadores da Saúde do Território de Identidade da Bacia do Paramirim, 2012 a 2018.

Saúde	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Leitos Hospitalares	278	283	295	292	312	330	272
Médicos	70	69	78	81	77	90	78
Enfermeiros	101	106	107	106	108	136	161
Equipe de PSFs	47	50	51	51	52	53	53
Cobertura de equipe PSFs	100%		100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Data(SUS), 2019. Cálculos da Coeste/SEI.

Os números não mostram uma grande ampliação e investimento na área da saúde, o que deixa a população em situação vulnerável, tendo que recorrer a outros

municípios como Vitória da Conquista, Guanambi e Salvador, para um atendimento especializado.

Em relação à educação, os municípios apresentam uma redução na taxa de analfabetismo, além de números consideráveis positivos em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), conforme aponta a Tabela 02.

Tabela 02 - Nota da Prova do IDEB, Bacia do Paramirim, 2017.

Cidades	Nível escolar	Dependência administrativa	2011	2013	2015	2017	2019
Botuporã	Ensino Fundamental I	Séries Iniciais	4,6	5,0	5,2	6,1	6,0
		Séries Finais	3,9	3,0	3,5	4,2	4,8
Paramirim	Ensino Fundamental I	Séries Iniciais	4,1	5,1	5,1	5,1	5,1
		Séries Finais	3,4	3,8	4,2	4,1	4,6
Macaúbas	Ensino Fundamental I	Séries Iniciais	4,5	4,5	5,5	5,4	5,7
		Séries Finais	3,6	4,0	4,4	4,3	4,8
Boquira	Ensino Fundamental I	Séries Iniciais	4,4	4,3	5,4	5,2	5,0
		Séries Finais	3,9	3,9	4,7	4,2	4,6
Caturama	Ensino Fundamental I	Séries Iniciais	3,4	4,0	4,4	4,6	4,5
		Séries Finais	3,1	3,7	4,3	3,9	4,6
Ibipitanga	Ensino Fundamental I	Séries Iniciais	4,2	4,5	5,6	5,0	6,2
		Séries Finais	3,5	3,8	4,0	3,8	4,3
		Séries Iniciais	3,8	4,1	3,9	4,3	4,6

Rio Pires	do Ensino Fundamental I	Séries Finais	3,1	3,4	3,7	3,6	3,7
-----------	-------------------------	---------------	-----	-----	-----	-----	-----

Érico Cardoso	Ensino Fundamental I	Séries Iniciais	3,7	-	4,1	4,2	4,4
		Séries Finais	3,6	3,7	3,3	3,6	3,7

Fonte: Anuário Estatístico da Bahia, 2017.

Apesar de um IDEB considerado razoável, com uma nota próximo ao 5, que a nota máxima a ser alcançada, e assim ficar acima da média baiana, o território de Identidade da Bacia do Paramirim não foi contemplado com um *campus* ou polo de Universidade Pública na modalidade presencial. Como consequência, a população tem que migrar em busca de estudos no nível superior, ou optar pelo ingresso em Faculdades Ead's disponíveis nos municípios de Paramirim, Macaúbas e Botuporã.

Em decorrência da inexistência de instituições de ensino superior no território e da dificuldade de acesso para muitas famílias em outros municípios, foi criado um Projeto de Lei 4094/12, que está ainda sob análise na Câmara dos Deputados, no qual autoriza o Poder Executivo criar a Universidade Federal da Chapada Diamantina (UFCD), com funcionamento nas cidades de Seabra, Lençóis, Ipirá, Rio de Contas e Morro do Chapéu – municípios estes mais próximos ao território, mas mesmo com essa facilidade não há nenhum projeto para a Bacia do Paramirim, ou nenhum município do território é contemplado com um *campus* da UFCD.

Esse projeto em tramitação parece ser uma realidade ainda muito distante, sobretudo, se considerar o cenário político atual em que a Educação Superior não tem sido prioridade para o governo. Ao contrário, tem sido alvo de ataques e de desqualificação. Assim, registra-se uma saída de jovens, principalmente, para Vitória da Conquista, Barreiras, Salvador e São Paulo. Observa-se que, dos 27 territórios, somente quatro (Bacia do Paramirim, Bacia do Rio Corrente e Bacia do Jacuípe) não possuem nenhuma unidade pública de ensino superior na modalidade presencial, nem os IF (baiano) estão presentes na Bacia do Paramirim, conforme dados da SEI (2018). Muitas vezes, se concentram em cidades que já registram *campus* universitários, o

que demonstra a pouca atenção do governo para com esses territórios no aspecto da educação.

Já no setor econômico, segundo os dados da SEI (2018), o território de Identidade da Bacia do Paramirim apresenta um crescimento no seu Produto Interno Bruto e também da renda *per capita*, com pouca expressividade do território na participação econômica no estado, como pode ser visualizado na Tabela 03.

Tabela 03 - Setor econômico do Território de Identidade da Bacia do Paramirim, 2018.

PIB	2011	2012	2013	2014	2015
PIB (R\$ milhares)	578.549,74	661.908,99	744.929,73	840.517,87	929.324,151
PIB per capita	R\$ 3.922,90	R\$ 4.475,02	R\$ 4.859,64	R\$ 5.463,41	6.020,19
Participação do PIB do TI na Bahia	0,3%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%
Participação dos setores na atividade econômica - 2015	Agropecuária	Indústria	Comércio e Serviços	e Administração pública	Total
	7,6%	5,6%	35,0%	47,7%	100,0%

Fonte: SEI, 2018.

A Tabela 03 também mostra a participação dos setores na atividade econômica, com destaque para o setor do comércio e serviços. Todavia, ainda assim o comércio é de pequeno porte, estando entre os territórios de identidade da Bahia que menos gera emprego e renda pelo setor do comércio e serviço, conta-se apenas com as atividades mais essenciais, para suprir as necessidades da população. Há uma evidência para os municípios de Macaúbas e Paramirim, que apresentam a maior diversidade nos ramos comerciais. Julga-se como justificativa para este feito no município de Macaúbas, o seu contingente populacional maior entre os outros municípios de 47.051 habitantes, segundo o último censo demográfico do IBGE (2010). Paramirim, por sua vez, o destaque se deve, segundo o SEI (2018), por receber, diariamente, moradores das cidades circunvizinhas, para a utilização dos recursos oferecidos pelo município na área de saúde.

O Território de Identidade da Bacia do Paramirim é o que menos gera emprego e o menor em crescimento de estabelecimentos comerciais na Bahia, além de apresentar um baixo desempenho comercial na escala estadual, em razão de sua posição na divisão territorial do trabalho no espaço econômico baiano que produz, como dito, um desenvolvimento desigual e combinado.

Nessas condições, os dados apontam que a população tem uma forte dependência da geração de emprego e renda pela administração pública. Esse quadro possui desdobramentos políticos importantes e tem gerado conflitos e tensões entre os municípios do Território, pois as vagas são quase sempre preenchidas por apadrinhamentos políticos, ficando aqueles da oposição excluídos desse processo. Lamentavelmente, a falta de concurso público só aumenta essa dependência e pressão, além de influenciar no processo migratório da população por falta de recursos e empregos nos outros setores de atividade econômica.

Quanto aos rendimentos salariais dos trabalhadores, são considerados baixos, como mostra o Perfil da Bacia do Paramirim (2015):

A renda média dos trabalhadores é baixa: R \$553, contra R \$902 da média baiana em 2010. As melhores remunerações estão no serviço público (R \$986) e a pior entre quem não tem carteira assinada (R \$418). A informalidade também é elevada: do total de 42,5 mil pessoas ocupadas nos nove municípios do território, 19,2 mil trabalhavam sem registro em carteira e 11,9 mil atuavam por conta própria; 16,9 mil dedicavam-se a atividades de subsistência e 2,5 mil informaram que trabalhavam sem remuneração não constando, portanto, no grupo dos que tinham rendimento (BAHIA, 2015, p. 11).

Já na atividade agropecuária, é o terceiro setor de destaque do território, com produção baseada na agricultura familiar, com 20,9 mil estabelecimentos agropecuários, segundo o Perfil da Bacia do Paramirim (2015). A produção de milho e mandioca ganham destaque, além da criação de gado bovino, ovinos e caprinos. A atividade pesqueira é pouco significativa, com presença apenas em Macaúbas. Pelos municípios ainda terem como predominância o contingente populacional na área rural, a produção agrícola é um setor substancial para a economia, tendo em vista que são os produtores locais os responsáveis por abastecer as feiras, as escolas, e a assistência social, com distribuição de cestas básicas para as famílias necessitadas. Com um setor tão importante, dentro do calendário do Território de Identidade da

Bacia do Paramirim tem a programação da Feira da Agricultura Familiar (com a pandemia da Covid-19 não foi realizado o evento no ano de 2020).

Em relação ao setor econômico industrial, não há registro de grandes indústrias de grande porte, o que poderia ser um meio de gerar emprego e renda para a população, além de auxiliar no crescimento econômico do território. No entanto, como dito, a Bacia do Paramirim faz parte do processo capitalista do desenvolvimento desigual e combinado, caracterizando como local de reserva de força de trabalho, enquanto a atividade industrial, ainda hoje, se encontra concentrada em algumas partes do território baiano. O suprimento de bens industriais se faz por meio das relações com outros centros urbano-regionais.

Com essa compreensão é que se analisou o Território de Identidade da Bacia do Paramirim, em que se caracteriza como um projeto na Bahia para a garantia de facilidades na administração e em recebimentos de projetos pelo governo federal, do que pela representação do território e da identidade em si. Os setores econômicos, muitas vezes, dependem de outras cidades com um porte maior para que tenha oferta de serviços e comércio mais desenvolvidos.

SEÇÃO IV

4 O MUNICÍPIO DE BOTUPORÃ: AS EXPRESSÕES TERRITORIAIS DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO

Para confrontar a política territorial empreendida pelo Estado ao longo do tempo, cujos objetivos sinalizavam para um maior equilíbrio no desenvolvimento territorial baiano, retorna-se à realidade concreta, para se conhecer o processo de formação do município de Botuporã, suas características socioeconômicas e a forma com que se insere no Território de Identidade da Bacia do Paramirim. Para tanto, faz-se uma retrospectiva das transformações socioeconômicas experimentadas ao longo dos contextos históricos para avaliar as rupturas e permanências da política estatal com a constituição dos Territórios de Identidade.

4.1 A formação do território botuporãense no contexto do desenvolvimento desigual e combinado

Para contextualizar o processo de formação do território de Botuporã, optou-se por fazer um resgate da história de sua formação, o que permitiu entender o processo de produção do espaço, na relação com o tempo.

O município de Botuporã-BA, de acordo com Silva (2012), é formado em torno da área rural nas localidades da Pedra, Pajeú, Lagoa D'água dos Costas, Taquaril, Sítio dos Móias, Preá e Lagoa D'água do São Francisco, esses povoados correspondem à área rural do município. A área urbana se constituiu em torno de uma fazenda denominada Caititu, que faz referência à grande quantidade de animal Caititu na localidade, popularmente conhecido como Porco do Mato. As terras desta fazenda pertenciam à família Torres dos Guedes de Brito, adquirida pela lei das sesmarias, e permaneceu assim até 1762. Conforme relata Silva:

No final do século XVIII, com a morte de D. Joana Guedes de Brito herdeira direta de Antônio Guedes de Brito, ocorrida em 1762, todo aquele latifúndio foi esfacelado em pequenas e médias propriedades até por volta de 1890 ficar sob os domínios de Tertuliano José da Costa, com a denominação de Fazenda Caititu, devido à grande quantidade do animal Caititu, popularmente conhecido como porco do mato (SILVA, 2012, p. 9).

Após a morte da última herdeira direta de Antônio Guedes de Brito, essas terras, ou parte delas, especialmente as que se encontram em Botuporã-BA, passaram para o domínio de Tertuliano José da Costa, em 1890. Posteriormente, no início do século XX, registrou-se a presença de duas famílias moradoras na área da sede da fazenda, lugar onde se origina a cidade de Botuporã-BA.

Os moradores Clemente Costa e Acúrcio de Oliveira foram de grande importância para a consolidação de Botuporã-BA, especialmente o segundo, vistas as atividades que desempenhava. Silva relata:

No início do século XX a fazenda Caititu possuía dois moradores: Clemente Costa e Acúrcio José de Oliveira, o último um pequeno comerciante de tecidos, religioso introduz a devoção ao Sagrado Coração de Jesus e resultou da construção de uma capela em louvor ao santo núcleo embrionário da sede do município de Botuporã (SILVA, 2012, p. 9).

Acúrcio de Oliveira foi o precursor da devoção ao padroeiro da cidade, o Sagrado Coração de Jesus, importante símbolo religioso botuporãense. O crescimento da religiosidade desencadeou a necessidade da construção de uma capela, que foi concluída no ano de 1910. Foi no entorno dessa construção religiosa, Figura 01, que foi construída a cidade de Botuporã.

Figura 01 – Primeira Capela de Botuporã,
1910



Fonte: Acervo Sousa S/R.

Esse processo de urbanização relacionado a uma construção religiosa é comum à própria urbanização brasileira. No período colonial, muitas cidades se formaram em torno de igrejas, devido à grande relação com o Estado. Dessa forma se garantiam a legitimação sobre as terras e a influência na vida espiritual das pessoas. Assim:

A criação dos núcleos urbanos vinha sempre acompanhada da construção da capela, que ocupava lugar de destaque. O pequeno núcleo de casas ao redor da capela (também chamado de patrimônio) poderia evoluir para a situação de paróquias ou freguesias, para depois se tornar uma vila (e mais raramente cidade), que deveria apresentar uma matriz ou capela ampliada, além da Casa da Câmara e Cadeia. Essas mudanças de status envolviam características jurídico-institucionais em que o papel da Igreja e do Estado se confundiam (MARICATO, 1998, p. 10).

Desta maneira, a cidade de Botuporã-BA foi evoluindo ao redor da capela, passando por categorias como de fazenda para distrito e depois a sua emancipação política administrativa, assim como ocorreu com diversas cidades brasileiras. Próximo à capela também estavam localizadas a feira livre e as principais atividades econômicas.

A principal atividade econômica desenvolvida por Acúrcio de Oliveira era o de comércio de tecidos, comprados em outras localidades e comercializados na cidade. Após a construção da capela se acentuou o comércio de tecidos, especialmente as confecções de roupas para as festividades da igreja, como: batizado, primeira eucaristia, casamentos dentre outras. As roupas eram produzidas, por meio de

trabalho artesanal de costureiras, que usavam máquinas de costurar manuais. Além de tecidos comprados também havia a produção dos mesmos em teares no fundo das residências, para a confecção de roupas de algodão, utilizada apenas para uso familiar. Como definia Silva:

Atividade econômica era o comércio de tecidos, suas fazendas eram destinadas ao trabalho artesanal das costureiras, que fabricavam as roupas em suas casas utilizavam máquinas de costurar manual [...] roupas de algodão, feitos artesanalmente nos teares, instrumento muito comum nos fundos das residências da época (SILVA, 2012, p. 10).

Na década de 1920, em torno da capela na Fazenda Caititu, iniciou-se a atividade comercial na feira livre, que acontecia nas segundas-feiras. A realização semanal da feira foi um dos fatores responsáveis pelo atrativo de pessoas para aquela localidade, principalmente comerciantes da região. Este fato contribuiu, sobremaneira, para o desenvolvimento econômico do povoado localizado na fazenda e influenciou o deslocamento de moradores rurais, com seus produtos primários para comercializar.

Logo ao amanhecer daquele dia a atual Praça Acúrcio José de Oliveira foi tomada por uma expressiva multidão. Nos caminhos e estradas que dava acesso ao povoado de Caititu o que se via era animais de cargas e carros de bois transportando os produtos oriundos da roça (SILVA, 2012, p. 12).

A realização semanal da feira impacta diretamente no desenvolvimento da localidade, que se desenvolveu lentamente ao longo do século XX. Pessoas do entorno imediato se fixaram ali, em razão do local dispor, mesmo de maneira incipiente, de comércio e de serviços. Outras pessoas, no intuito de seguir uma devoção mais fiel ao Sagrado Coração de Jesus, também passaram a residir na localidade. Um caso que representa essa situação é o de Rufino Neneu de Magalhães e sua esposa Regina Magalhães, que deixaram sua fazenda no povoado de São José, para morarem nas proximidades da igreja.

Com a construção da capela e da produção de tecido, o lugar foi crescendo, e houve o aumento da população. Assim, foi necessária a construção de uma igreja, para acomodar mais pessoas, como mostra a Figura 02. O término da obra ocorreu no ano de 1978.

Figura 02 – Segunda Igreja de Botuporã,
1978.



Fonte: Acervo Sousa, S/R

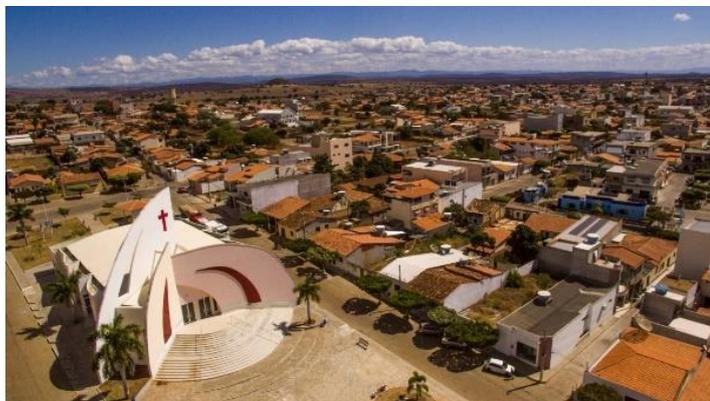
Com o tempo, o povoado que se formou em torno da capela, na fazenda Caititu, se transformou na sede de um distrito nomeado de Monte Belo, pertencente ao município de Macaúbas. O espaço foi sendo materializado com base nas relações da sociedade com a natureza, como lembra Carlos:

A ideia de cidade como construção humana, produto histórico-social, contexto no qual a cidade aparece como trabalho materializado, acumulando ao longo de uma série de gerações, a partir da relação da sociedade com a natureza (2007, p. 20).

O distrito já dispunha de feira-livre, de casas de negócio e de serviços, porém não havia um cartório, tendo os habitantes que se deslocar para tratar de assuntos dessa natureza em outras localidades. Com o crescimento ao longo dos anos, foi transferido o cartório do Distrito da Lagoa Clara, para o Distrito do Monte Belo, que apresentavam ter mais necessidades, devido ao aumento da população. Com o tempo foram adquiridos outros serviços como o de correios e farmácia.

Vereadores na plenária de Macaúbas, mas que representavam o Distrito de Monte Belo, redigiram e votaram a Lei de criação do Município de Botuporã-BA, que na sua etimologia significa *montes belos* em tupi-guarani. No dia 22 de março de 1962, o projeto de lei foi sancionado, e o distrito de Monte Belo se tornou o Município denominado de Botuporã-BA. As Figuras 03 e 04 demonstra a os aspectos do espaço atual em 2022.

Figura 03 – Imagem aérea da cidade de Botuporã, 2022



Fonte: Acervo Sousa, 2022.

Figura 04 - Imagem aérea da cidade de Botuporã, 2022



Fonte: Acervo Sousa, 2022.

O município de Botuporã, até o ano de 1988, apresentava um número populacional expressivo. Com os interesses políticos de Caturama e Tanque Novo houve o desmembramento e a emancipação política desses territórios. Tanque Novo foi motivado pelo próprio prefeito de Botuporã José Carlos Marques (1983 – 1989), no qual, era natural do distrito de Tanque Novo e saía em desvantagem em número de eleitores, e pela ameaça à sua hegemonia política, caso os municípios de Botuporã e de Caturama se juntassem em um único território. Já Caturama tinha se tornado um reduto de eleitores de oposição a José Carlos Marques, como retrata Silva (2012) “[...] Por aqui numa eleição o candidato seria de Botuporã Alípio Marques; na outra seria de Caturama, Antônio Mendonça e assim sucessivamente. Abrindo dessa forma

precedentes para as rivalidades entre os distritos” (p.39). A perda de população de forma gradativa, também é um fenômeno corrente, podendo ser observado pela Tabela 04 do contingente populacional.

Tabela 04 - População por situação do domicílio, do município de Botuporã, de 1970 a 2010.

Ano	Total	Rural		Urbano	
1970	17 274	15 015	86,9%	2.259	13,1%
1980	21 032	17.400	82,7%	3.632	17,3%
1991	10 254	8.492	82,8%	1.762	17,2%
2000	11 522	8.271	71,8%	3.251	28,2%
2010	11 154	7.078	63,5%	4.076	36,5%

Fonte: IBGE, 2010. Organização: Vanessa Vieira Souza.

Desde o censo em 1980 até os dias atuais, o município de Botuporã vem perdendo população. Vários aspectos contribuem para esse fenômeno, com destaque para o resultado do censo de 1991, pois em 1980 o município possuía 21.032 habitantes, em 1991 houve o registro de 10.254. Essa redução drástica da população se deu em decorrência da criação dos municípios de Caturama em 1989 e Tanque Novo em 1985, cujas áreas foram desmembradas do município de Botuporã. Nas décadas posteriores continuavam ocorrendo um decréscimo da população, porém com outros fenômenos que necessitam de uma investigação mais aprofundada. No entanto, esse processo de desmembramento acarretou ao município perda de população, que gera redução da força de trabalho disponível, redução do consumo e, conseqüentemente, enfraquecimento da atividade comercial. Além da perda de território, que poderia ser utilizado para outras atividades econômicas a exemplo da agricultura e pecuária, no intuito de agregar valor econômico e social ao município.

A população rural apresentava maior concentração em relação à urbana, em todos os anos dos censos demográficos. Contudo, vem decaindo ao longo dos anos. Em contrapartida, a população urbana em números absolutos e especialmente relativos vem aumentando. Mas, essa taxa de crescimento urbano não tem sido mantida, a SEI apresenta dados que, no período de 1991 a 2000, a população residente na área urbana cresceu a uma taxa de 3,0% a.a, e que entre os anos de

2000 a 2010 cresceu a uma taxa de 1,1% a.a. Embora não tenha sido alvo desse estudo, o crescimento relativo da população urbana pode não significar necessariamente a um expressivo acréscimo de pessoas na cidade, mas, sobretudo pelo deslocamento da população do campo para a cidade, embora se registre uma perda populacional do campo também para outros municípios. Este fator, que necessita de uma pesquisa mais detalhada, no entanto, esse processo de perda de população no município, expressa a produção desigual e combinada do espaço, em que Botuporã – em uma escala global – serve como reserva de força de trabalho, sujeita a qualquer situação de necessidade do capital, para acumulação do lucro.

Com a estimativa para 2017 de 10.898 habitantes, o município perde mais população, devido a fatores que ainda necessitam de estudos, como migração, setores econômicos, educacionais, entre outros.

A urbanização brasileira é recente, como afirma Santos: “A urbanização brasileira se tornou praticamente generalizada a partir do terceiro terço do século XX, evolução quase contemporânea da fase atual de macrourbanização e metropolização” (1993, p. 09). Porém, a urbanização brasileira ocorreu de forma acelerada, principalmente, no aspecto da quantidade de população residente na área urbana, que caracteriza o país em sua maioria como urbano. Mas, há municípios que ainda apresentam uma quantidade maior de população rural, como Botuporã.

Todos os municípios do território têm como realidade o maior quantitativo de população rural, afinal, todos têm uma emancipação política recente, exceto Macaúbas, pois, a maioria dos municípios pertenciam ao território macaubense. A iniciativa da emancipação política ocorre devido à oportunidade de se beneficiar da mineração de Boquira, com o discurso de desenvolvimento para a região. “Tanto Botuporã quanto Boquira foram beneficiados com tal iniciativa, ao entrarem na rota viária regional, favorecendo sobretudo o desenvolvimento das atividades mercantis, contribuindo assim para a exploração de suas potencialidades econômicas” (SILVA, 2012, p. 33). Também vale destacar que o processo de emancipação foi fruto de barganhas políticas e estratégias com beneficiamento eleitoral.

O processo de emancipação de Botuporã no contexto do governo regional era tido como plano de desenvolvimento econômico por ser rota de escoamento do minério que vinha de Boquira. Entretanto, até o ano de 2019, foi verificado que a perspectiva em relação ao município de Botuporã mudou. Com a falência do minério do Chumbo na região, o município serve aos interesses capitalistas, produzindo uma

reserva de força de trabalho, não estando excluída do processo de acumulação capitalista.

4.2 A inserção de Botuporã no Território de Identidade da Bacia do Paramirim

Como resultado do desenvolvimento territorial, tem-se Botuporã com uma característica específica dentro do Território de Identidade da Bacia do Paramirim, Tanto em aspectos sociais como econômicos. Apesar do desenvolvimento territorial se expressar no aspecto social, este é motivado pela ação de acumulação de capital, para ampliação econômica, ou seja, os desdobramentos dessa política territorial adotada pelo governo do estado deixam em evidência a condição de Botuporã no contexto baiano.

Faz-se necessário analisar os dados secundários para clarear a visualização dessa condição. O município de Botuporã apresenta uma demografia bastante discrepante, na perda de população ao longo dos anos, tendo em vista o processo de constituição do seu território, que resulta do desmembramento de dois municípios e ainda, pela perda sucessivas de população, como pode ser observado na Tabela 05 o contingente populacional.

Tabela 05 - População, por situação de domicílio, do município de Botuporã, de 1970 a 2010.

Ano	Situação de domicílio				
	Total	Rural		Urbano	
1970	17.274	15.015	86,9%	2.259	13,1%
1980	21.032	17.400	82,7%	3.632	17,3%
1991	10.254	8.492	82,8%	1.762	17,2%
2000	11.522	8.271	71,8%	3.251	28,2%
2010	11.154	7.078	63,5%	4.076	36,5%

Fonte: SEI, 2010

Ao estabelecer uma comparação com o Território de Identidade da Bacia do Paramirim, o município tem pouca expressividade populacional, sendo o terceiro menos populoso, conforme apresenta a Tabela 06.

Tabela 06 - Contingente populacional dos municípios do Território de Identidade da Bacia do Paramirim, 2022.

Municípios	Contingente populacional
Macaúbas	47.051
Boquira	22.037
Paramirim	21.001
Ibipitanga	14.171
Rio do Pires	11.918
Érico Cardoso	10.859
Botuporã	11.154
Caturama	8.843

Fonte: IBGE, Censo 2010

Botuporã está como o 6º município mais populoso do Território da Bacia do Paramirim, e conforme os dados estimados pelo IBGE (2021), a tendência é de que a população reduza para 10.050 pessoas, estando entre os municípios que mais perde população. Boquira, Rio do Pires e Érico Cardoso também apresentam um processo de redução populacional. Somadas à população total dos municípios, o território de identidade conta com 150 mil habitantes, constituindo-se na menor população entre os territórios de Identidade na Bahia.

Além das perdas populacionais, destaca-se ainda a concentração da população no campo. O território da Bacia do Paramirim apresenta população rural com maior concentração em relação à urbana, em todos os anos dos censos demográficos, vivencia-se 36,2% de população urbana, já a média do Estado está entre 71%, conforme os dados do SEI (2021).

Esse processo de perda de população no município, pode resultar do processo mais geral da produção desigual e combinada do espaço, em que Botuporã parece se inserir como uma “célula espacial de reserva de força de trabalho” (PERPÉTUA, 2013), sujeita a qualquer situação de necessidade do capital, para acumulação do lucro, em que mobiliza essa força de trabalho para qualquer lugar e a qualquer custo.

Como foi exposto nas seções anteriores, a condição de subdesenvolvimento é necessária para alimentar a sujeição de algumas cidades, da mesma forma, é essencial para a reprodução capitalista, a condição de Botuporã com perda de população, para abastecer os mercados mais desenvolvidos em outras localidades. Essa situação promove uma população fragilizada, para servir ao capital como força de trabalho barato e vulnerável a aceitar qualquer condição. Esse processo faz parte das relações socioeconômicas desiguais e ao mesmo tempo combinadas.

A urbanização brasileira ocorreu de forma acelerada principalmente no aspecto da quantidade de população residente na área urbana, que caracteriza o país em sua maioria como urbano. Mas, há municípios que ainda apresentam uma quantidade maior de população rural, como Botuporã, e os municípios do Território de Identidade da Bacia do Paramirim, justificada pela atividade econômica de maior força, a agricultura.

Como a presença da população no meio rural é maior, as atividades agropecuárias possuem um peso fundamental na composição dos rendimentos da população. No entanto, segundo os dados de SEI e IBGE (2020), o setor agropecuário obteve uma redução na participação econômica, conforme demonstra a Tabela 07.

Tabela 07 - Atividade do setor econômico Agropecuário do Território de Identidade da Bacia do Paramirim, 2020.

Setor Agropecuário	2002	2010	2012
	22,2%	11,1%	6,5%

Fonte: IBGE (2020), SEI (2020).

Esse cenário é preocupante na medida em que a seca predomina durante os meses de abril a outubro, mesmo com um bom período de chuva durante os meses de dezembro, janeiro e fevereiro. As lavouras do território vêm sofrendo ataque das Cigarrinhas-das-Pastagens (insetos podem diminuir drasticamente a disponibilidade e a qualidade de gramíneas forrageiras), principalmente, nas pastagens, o que contribui para a degradação dos pastos da região. A pastagem fica seca e dificulta a alimentação dos animais, sobretudo, do gado bovino, além de momentos de estiagem resultado do clima árido. O município de Botuporã teve uma perda de 90% das lavouras e pastos, em 2021 com reflexos ainda para o ano de 2022, segundo a Diretoria de Meio Ambiente. Esse fato tem prejudicado o agricultor que necessita

comprar ração para os animais, ocorre também a desvalorização, pois muitos não têm condições ou incentivos financeiros para adquirir a ração, e o agricultor se vê obrigado a se desfazer dos animais. Além disso, a falta de incentivos do governo, linhas de financiamento agrícola e o crédito rural, contribui para a permanência das dificuldades existentes no campo e se reproduz por meio da atividade agrícola, que, muitas vezes, sem alternativa, vende a sua força de trabalho a qualquer preço e em qualquer lugar, como estratégia de sobrevivência.

Essa redução na produção agropecuária pode ser explicada pelo aumento dos outros setores econômicos como o da indústria e do comércio e serviços. Além das condições climáticas do semiárido que não favorecem a produção agrícola. Conforme a Tabela 08, do último censo agropecuário de 2017 é possível visualizar a posição do município de Botuporã quanto aos estabelecimentos agropecuários, em que houve um pequeno aumento no número de estabelecimentos, em relação ao censo de 2006, que registrava 2.138 estabelecimentos, dentre os quais, 1.957 pertenciam à agricultura familiar e 181 não eram considerados familiar – essa divisão não veio explícita no censo agropecuário de 2017.

A tabela 08 mostra, ainda, o quantitativo de estabelecimentos agropecuários, estando Botuporã como o 5º maior. A maior parte dos estabelecimentos está na condição de legalizado como cooperativas com 1.609, e 612 como produtor individual. Apresenta-se o demonstrativo de quem recebeu financiamento/empréstimo, que inclusive foram poucos estabelecimentos contemplados. Os dados evidenciam a dificuldade da produção e permanência do trabalhador neste setor, visto ser uma região que passa por problemas climáticos e períodos de seca.

Tabela 08 - Estabelecimentos Agropecuários e suas condições jurídicas no Território de Identidade da Bacia do Paramirim, 2017.

Cidades	Nº de estabelecimentos agropecuários	Condição legal do produtor (Condomínio, consórcio ou união de pessoas)	Condição legal do produtor individual
Botuporã	2.223	1.609	612
Paramirim	2.991	1.147	1.841

Macaúbas	7.189	3.189	3.998
Boquira	3.082	1.511	1.567
Caturama	1.797	890	906
Ibipitanga	2.436	1.147	1.289
Rio do Pires	1.406	691	715
Érico Cardoso	1.989	684	1.304

Fonte: IBGE (2017) Censo Agropecuário 2017.

Os municípios de Botuporã, Macaúbas, Boquira e Ibipitanga foram os que mais receberam financiamento/empréstimo, (Tabela 09). Este resultado se deve a quantidade de cooperativas e associações, que facilitaram a aquisição desses benefícios, que tem como consequência colaborar para a maior produção e permanência do trabalhador na atividade agropecuária. Espera-se que essas cooperativas sejam representadas e tenham voz, no Território de Identidade da Bacia do Paramirim, e adquiram espaço e representatividade.

Tabela 09 - Quantitativo de estabelecimentos contemplados com Financiamento/empréstimo, 2017.

Cidades	Recebeu Financiamento/Empréstimo	Não recebeu Financiamento/Empréstimo
Botuporã	308	1.915
Paramirim	222	2.796
Macaúbas	729	6.460
Boquira	483	2.599
Caturama	289	1.508
Ibipitanga	377	2.059
Rio do Pires	144	1.262
Érico Cardoso	124	1.865

Fonte: IBGE, Censo agropecuário, 2017.

Entretanto, ao analisar as informações sobre empregos formais no setor agropecuário (Tabela 10), chama a atenção o quantitativo de pessoal ocupado, conforme os dados da RAIS (2018). Os dados apresentam uma discrepância no

número de estabelecimentos com a presença de somente 1 (um) funcionário. Essa realidade pode ser explicada pelo fato de os funcionários desse setor serem empregados informais (temporários/diaristas), familiares ou sem registro em carteira. Como expressam os dados do Censo agropecuário (2017), em que a maioria dos estabelecimentos agropecuários pertencem a agricultura familiar, portanto, tratam-se de pequenas propriedades e, quase sempre, utilizam-se da força de trabalho da própria família.

Tabela 10 - Mercado de Trabalho Formal – Agropecuária, Vegetação, Caça e Pesca, 2014-2017.

Cidades	2014		2017	
	Estabelecimento	Estoque de Emprego Formal	Estabelecimentos	Estoque de Emprego Formal
Botuporã	1	1	1	1
Paramirim	15	18	15	19
Macaúbas	9	9	9	8
Boquira	0	0	0	0
Caturama	1	1	1	2
Ibipitanga	2	4	2	1
Rio do Pires	0	0	0	0
Érico	2	2	2	1
Cardoso				

Fonte: MTE-CAGED/TEM-RAIS (2018).

Além disso, observa-se ainda a realização de trabalho temporário, somente durante o tempo de plantação e colheita, estando sujeitos a outros tipos de trabalho quando fora desse período, por não serem trabalhadores formais, segundo as informações de Souza (2018). Constata-se a mobilidade desse trabalhador para outras localidades, para vender a sua força de trabalho para poder se reproduzir minimamente como ser humano. Com o modo de produção capitalista, a mobilidade assume uma centralidade na sociedade, como bem expressa Perpétua (2013)

Movimentos pendulares são movimentos cotidianos de indivíduos com finalidade específica entre municípios sem que ocorra a mudança do

seu local de residência e podem ser pensados como forma específica de ocorrência da mobilidade do trabalho para o capital, pois nesta escala, manifestam a desigualdade espacial combinada, cuja produção é presidida pelo capital que, centralizado num município principal, precisa explorar a força de trabalho dos municípios circundantes forçando o seu valor médio de troca para baixo e conformando o que nominamos célula espacial de acumulação (p. 73-74).

A condição móvel do trabalhador não está atrelada a ser propriedade de outrem, como no regime escravista, mas não significa que está livre no capitalismo. Aliás é livre apenas para vender a sua força de trabalho, que é a sua única mercadoria disponível.

Essa mobilidade também é notada pela perda de população rural de 8,3%, dos 1.193 habitantes, registrada pelo Censo Demográfico do IBGE em 2010, no município de Botuporã. Esse resultado confirma a posição do município como inserido no processo de acumulação capitalista. É perceptível o uso desse espaço para determinadas funções, como na exploração da *mais valia*, com a produção de exército de força de trabalho, ou seja, mesmo com a constituição dos Territórios de Identidade na Bahia, Botuporã não deixou de fazer parte da produção capitalista do espaço. No projeto do Estado, tinha a intenção de corrigir essas distorções socioeconômicas, como proposto no Histórico da Política Territorial Baiana,

Frente a este desafio, a adoção dos Territórios de Identidade e a instituição de uma Política Estadual de Desenvolvimento Territorial foi uma escolha histórica, estratégica e importante para alcançar o propósito da desconcentração da riqueza e renda no estado. Seus instrumentos visam reconhecer a diversidade e as potencialidades espacialmente distribuídas no território baiano, introduzindo a participação e articulação social, desenvolvendo políticas públicas mais efetivas e afins às necessidades e possibilidades de cada Território (BAHIA, 2011, p. 3).

Entretanto, na prática há uma atenção maior para com alguns Territórios, como ocorre com a região Metropolitana de Salvador. Torna-se ineficiente a ação do Estado, pois serve antes de mais nada à produção capitalista, do que a atender as reais necessidades da sociedade. Ou seja, tem como necessidade manter esse processo desigual, com privilégios de alguns territórios em serem mais atrativos para o circuito do capital, e outros com reservas de força de trabalho.

Segundo o último censo agropecuário de 2017, a maior quantidade de agricultor com (457 estabelecimentos) registra a condição de nunca ter frequentado a escola. A necessidade de trabalhar e a dificuldade no campo o impede de ter acesso à educação, que diga-se de passagem foi fruto de um processo elitista, no qual se promovia uma educação dualista, tratada por Saviani (2007). A escola para o trabalhador – que tinha como missão impedir a ideologia das lutas de classes – é organizada pela burguesia, que lhe nega a educação e deixa à margem da sociedade,

[...] A escola é longe de ser um instrumento equalização social, é duplamente um fator de marginalização: converte os trabalhadores em marginais, não apenas por referência à cultura burguesa, mas também em reação ao próprio movimento proletário, buscando arrancar do seio desse movimento (colocar a margem dele) todos aqueles que ingressarem no sistema de ensino (SAVIANI, 2003, p. 27-28).

Os trabalhadores não tiveram outra alternativa de sobrevivência, a não ser trabalhar e aprender a se educar no *labor* do próprio trabalho. Esse processo possibilita que o agricultor se torne cada vez mais alienado no movimento de acumulação capitalista. Além do mais, esse dinamismo não é uma exclusividade de Botuporã e nem da Bacia do Paramirim, essa questão da força de trabalho sem acesso à educação está vinculada a um processo maior de acumulação ampliada do capital.

Retomando a análise da atividade agrícola, registra-se que esta predomina em Botuporã. Dessa forma, a economia depende de uma agricultura forte e consolidada. Entretanto, esta vem sofrendo uma decadência, devido a fatores climáticos e principalmente a falta de incentivos financeiros do Estado – essa situação gera consequências que atingem os outros setores econômicos. A divisão do território proposta pelo governo do estado poderia auxiliar nessa dificuldade, como foi apresentada em seu planejamento, mas o instrumento do desenvolvimento territorial tem servido mais para o controle da sociedade do que para solucionar os problemas sociais.

Nas conversas informais, com o secretário da SEPLAN, que responde pelo Território de Identidade da Bacia do Paramirim, ficaram evidentes a desorganização e desinformação do setor ao não possuir atas do período de constituição do Território, registros administrativos, arquivos que guardem documentos inerentes ao Território de Identidade, entre outros. Essa política adotada pelo governo do estado desde a

gestão do governador Jaques Wagner, confirma a intenção política e econômica do desenvolvimento territorial em beneficiar alguns em detrimento de outros, ao não possuir minimamente uma organização burocrática e prática do Território.

Ao analisar os dados relacionados ao extrativismo mineral no Território de Identidade da Bacia do Paramirim, observa-se que essa atividade foi responsável pela formação econômica e social do territorial, além de auxiliar na modulação dos municípios e ser enredo de discussões de desmembramento e emancipações políticas, conforme o PTDRS:

A formação econômica e social do Território da Bacia do Paramirim teve como fator dinamizador o ciclo da mineração, que se estendeu dos séculos XVIII a XX, estando ligado historicamente à penetração no interior do Brasil das “entradas e bandeiras”. Com o declínio da produção de ouro e diamante na região, as atividades extrativas minerais ficaram voltadas para a exploração da bauxita em Macaúbas e Botuporã, chumbo e zinco em Boquira, quartzito azul em Macaúbas e Boquira, cristal de rocha em todos os nove municípios, granitos em Botuporã e Paramirim, exploração de argila para olarias e cerâmicas em todos os municípios do território, embora ainda se verifique a exploração de ouro, diamante e carbonatos em pequena escala, através dos chamados “fisqueiras” (2017, p. 17).

Entretanto, nos últimos anos os dados revelam uma atividade quase inexistente e que gera pouca oferta de emprego e renda. Como destaque tem-se a extração do quartzito azul em Macaúbas e Boquira, cuja exploração é feita por uma empresa estrangeira – a Blue Stone Granitos e Mármore LTDA – em sociedade com a GM Granitos e Mármore LTDA. O município de Paramirim tem a extração do granito gerenciada por várias empresas, como a Liberty Rochas Ornamentais LTDA. Essa atividade é rentável para as empresas, em vista de ser um mineral de alto valor agregado no mercado. O estado da Bahia registrou uma arrecadação de 4,3 milhões de reais, no ano de 2019, segundo a revista de Informe de Recursos Minerais (2019).

Todavia, isso gera pouco ou quase nada de benefício para os municípios, pois, o processamento industrial é realizado em outros estados como no Espírito Santo, conforme traz a revista Informe de Recursos Minerais (2019). Também se esclarece que nos últimos 30 anos a produção comercializada de rochas ornamentais em apenas 4 municípios respondeu por 68% do total comercializado pela Bahia, aparecendo em primeiro lugar o município de Medeiros Neto – com produção de granitos brancos, respondendo por 30% da produção comercializada – em seguida

Belmonte com 21% (mármore acinzentados), Paramirim 11% (granito diversos), Orolândia 6% (mármore Bege Bahia) e Boquira com 3% (azul Macaúbas).

Pelos dados fornecidos pelo Atlas do Desenvolvimento Humanos do Brasil (2010), é possível verificar a porcentagem de força de trabalho gerada – com o grande destaque para os municípios de Macaúbas e Boquira com o quartzito azul. Entretanto são números irrisórios se comparados com outros setores econômicos.

Na Tabela 11 é possível analisar as taxas de ocupação da população pelos setores de atividades econômicas.

Tabela 11 - Indicadores da porcentagem de pessoal ocupado em setores econômicos do Território de Identidade da Bacia do Paramirim, 2010.

Cidades	Setor agropecuário	Setor extrativo mineral	Indústria de transformação	Setor de construção	Setor comercial	Setor Adm. Pública
Botuporã	57,83%	0,16%	2,00%	5,65%	6,27%	28,09%
Paramirim	37,21%	0,14%	8,69%	7,28%	7,75%	38,93%
Macaúbas	49,19%	0,51%	3,37%	7,73%	7,79%	31,41%
Boquira	44,83%	0,42%	2,65%	9,5%	10,77%	31,83%
Caturama	58,18%	-	2,86%	5,45%	4,98%	28,58%
Ibipitanga	45,07%	0,40%	2,09%	0,89%	9,48%	42,07%
Rio do pires	41,20%	0,33%	3,03%	12,98%	7,39%	35,07%
Érico Cardoso	60,48%	0,11%	7,78%	3,50%	15,16%	12,97%

Fonte: Atlas do desenvolvimento Humano do Brasil – 2010.

É possível verificar que a atividade do extrativismo não chega a 1% na geração de emprego em todos os municípios do território. Outro dado relevante, presente nesse quadro, é a pequena oferta de emprego pelo setor da indústria e transformação, principalmente o município de Botuporã, com a menor taxa de pessoal ocupado nesta área. Comparando-se com o dado geral da Bahia que demonstra uma expressividade de 21,8%, e da Região Metropolitana de Salvador com 32,4%, segundo os dados da SEI (2021). Essa realidade confirma a permanência da concentração industrial na região metropolitana, mesmo com a política territorial de descentralização da atividade

industrial empreendida pelo Estado, principalmente na área calçadista e têxtil, como trata Noronha (2006),

Contudo, investimentos como celulose e papel, madeireiro, calçadista, têxtil e agroindústria, já citados anteriormente compõem fatores importantes para a desconcentração que começa a acontecer ainda de maneira lenta, porém significativa (p. 24).

Entretanto, essa ação não atende a todos, como exemplo vê-se uma concentração do ramo calçadista no sudoeste baiano, sul e sudeste. Essa política não chega até o Território de Identidade da Bacia do Paramirim, apesar da iniciativa do governo, ainda há concentração industrial na região Metropolitana de Salvador, também constatado por Noronha (2006),

[...] Concluíamos que a indústria provavelmente continuará sendo a principal atividade de desenvolvimento econômico da Bahia, concentrada na Região Metropolitana de Salvador, ainda que haja um processo de desconcentração (p. 25).

No site da SEPLAN, consta a iniciativa do governo do estado – que coloca em destaque a prioridade que tem sido a política de investimento industrial com 67% para o interior. No entanto, a própria redação deixa transparecer o principal destino desse investimento para a Região Metropolitana de Salvador, como o próprio governo trata, já altamente industrializada, também é destinado para outros Territórios, no qual, a Bacia do Paramirim ainda não foi contemplada.

A interiorização dos investimentos tem sido uma prioridade para o governo baiano. Dos 120 novos protocolos de intenções assinados em 2019, entre o Governo do Estado e investidores, para a implantação e ampliação de empresas, 39 foram celebrados no território de identidade Metropolitano de Salvador, região altamente industrializada, e 81 destinaram-se à investimentos em praticamente todas as regiões do estado (SEPLAN, 2020).

No setor comercial Botuporã também apresenta os menores dados, mas tem um destaque no setor agropecuário, no qual, apresenta uma forte dependência do comércio as atividades do campo, com mais de 50% de oferta de emprego. Vale destacar que os municípios de Érico Cardoso, Botuporã e Caturama têm a maior força de trabalho empregada no setor agropecuário – apresentam baixa oferta nos outros

setores. Dessa forma, o município de Botuporã tem a economia voltada para as atividades no campo, como a criação de gado bovino, com 1.190 estabelecimentos, galinhas, com 1.492 estabelecimentos e, na agricultura, com a produção de melancia, 63 estabelecimentos, mandioca 41 estabelecimentos, milho 243 estabelecimentos, palma, com 389 estabelecimentos e feijão, 255 estabelecimentos – conforme os dados do Censo agropecuário (2017), no qual os outros setores irão depender do bom desempenho para geração de renda e posterior poder de compra e movimentação das atividades econômicas do município.

Assim, a pesquisa de Souza (2018) conclui que as cidades de Paramirim, Guanambi e, principalmente, Tanque Novo, exercem uma relação intermunicipal com Botuporã, pois são bastante procuradas pela população botuporãense, nos ramos comerciais de eletrônicos, eletrodomésticos, roupas, calçados, e variedades para decoração de festas. Isso demonstra uma carência em certos ramos comerciais na cidade, ou até mesmo uma pouca oferta de preços acessíveis para a população, que por consequência procura as cidades vizinhas para fazer compras. Essas atividades intermunicipais contribuem para uma baixa dinâmica comercial na cidade de Botuporã, e para o fechamento de algumas lojas, pois, ocorre de forma pouco expressiva o movimento inverso, de cidades circunvizinhas consumirem na cidade de Botuporã. Coloca-se o município como local de reserva de força de trabalho. Os comerciantes da cidade de Botuporã alegam existir uma grande concorrência das cidades vizinhas, – 66%, dos comerciantes registram existir uma forte influência comercial das cidades ao entorno, os outros 34% dos comerciantes afirmam não existir uma concorrência comercial. Um dos motivos para esse dado, é devido ao segmento comercial, que pode ser de uso imediato como o comércio de cereais, padarias entre outros, em que a população faz uso diário, sem muita necessidade de locomoção para outras cidades (SOUZA, 2018).

Na Tabela 11 ainda é possível observar a porcentagem do pessoal ocupado no setor da Administração Pública, que apresenta um alto índice no município de Ibipitanga com 42,07%, já o município de Botuporã e Érico Cardoso são os que apresentam menor dependência desse setor. Já pelos dados da SEI (2018), o Território de Identidade da Bacia do Paramirim tem como maior porcentagem na participação econômica o setor da administração pública com 47,7%, seguido do comércio e serviços com 35%, ou seja, há uma grande dependência da população na

geração de emprego e renda relacionado ao setor público. Esse quadro possui desdobramentos políticos importantes e tem gerado conflitos e tensões.

Diferente dos dados da Tabela 11 de 2010, Botuporã nos dados da SEI (2018) já apresenta uma grande dependência da população em relação à administração pública, com um crescimento considerável do aumento de emprego formal neste setor. Os dados da Tabela 12, chamam a atenção, pois o município possui a maior quantidade de empregados no setor público, no qual, detém uma das menores densidades demográficas da Bacia do Paramirim.

Tabela 12 - Mercado de Trabalho Formal – Administração Pública, do Território de Identidade da Bacia do Paramirim, 2018.

Cidades	2014		2017	
	Estabelecimento	Estoque de Emprego Formal	Estabelecimentos	Estoque de Emprego Formal
Botuporã	1	279	3	1.009
Paramirim	1	344	2	412
Macaúbas	2	1.172	2	1.100
Boquira	3	932	1	2
Caturama	1	190	1	269
Ibipitanga	3	505	3	660
Rio do Pires	1	427	2	484
Érico	2	354	2	185
Cardoso				

Fonte: MTE-CAGED/TEM-RAIS (2018)

O processo de acumulação de riqueza propaga espaços diversos, como riqueza e outro com miséria e ignorância, mas em uma relação dialética. Isso ocorre devido ao desenvolvimento desigual e combinado, pois para o capital se propagar ele necessita dessa dualidade. Segundo Harvey assim explica:

Esse exercício de reserva ajuda a reduzir os salários e a controlar os movimentos da classe trabalhadora, sendo assim “uma alavanca fundamental” para acumulação adicional [...] “acumulação de riqueza num polo, é, portanto ao mesmo tempo, acumulação de miséria, trabalho pesado, escravidão, ignorância, brutalidade e degradação

mental no outro polo; isso é no lado da classe que produz seu próprio produto na forma de capital (HARVEY, 2005, p.111).

Por entender que o espaço é produto da existência humana, cuja produção encontra-se subordinada à acumulação capitalista, as desigualdades espaciais decorrem da seletividade espacial do capital em determinado contexto histórico e escala geográfica.

A explicação para concentração de capital em um dado lugar seja ele a metrópole ou outras cidades está associada à lei do desenvolvimento desigual e combinado. Um exemplo disso é quando o capital chega a um ponto de saturação, ele necessariamente, procura outros espaços para a sua reprodução, ou de discursos, como o desenvolvimento dos países em primeiro mundo. Isso aconteceu após a década de 1990 com vários países, até mesmo o Brasil, que passaram a receber um maior contingente populacional e também começaram a receber indústrias de forma mais intensa, o que ilustra bem esse processo do desenvolvimento desigual e combinado no de “ajuste espacial” da acumulação capitalista, tão bem demonstrado em Harvey (2005).

No aspecto relacionado à educação, o município de Botuporã tem destaque em relação à nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, (Tabela 13) com a maior nota no Ensino Fundamental tanto nos anos iniciais como nos anos finais. Segundo os dados do Anuário Estatístico da Bahia (2017), Botuporã também é o que possui o maior número de estabelecimentos no oferecimento de Educação a Jovens e Adultos (EJA). Entretanto, o município tem uma grande carência em relação à educação superior, não há cursos preparatórios para os jovens realizarem os vestibulares e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Além, disso, há a questão já citada neste texto, em relação à inexistência no Território de Identidade da Bacia do Paramirim, de uma universidade pública ou polo na modalidade presencial, para suprir a necessidade da população ao acesso à educação superior, e à maior qualificação profissional.

Tabela 13 - Nota da Prova do IDEB, da Bacia do Paramirim, 2017

Cidades	Nível escolar	Dependência administrativa	2011	2013	2015	2017	2019
Botuporã		Séries Iniciais	4,6	5,0	5,2	6,1	6,0

	Ensino Fundamental	Séries Finais	3,9	3,0	3,5	4,2	4,8
Paramirim	Ensino Fundamental	Séries Iniciais	4,1	5,1	5,1	5,1	5,1
		Séries Finais	3,4	3,8	4,2	4,1	4,6
Macaúbas	Ensino Fundamental	Séries Iniciais	4,5	4,5	5,5	5,4	5,7
		Séries Finais	3,6	4,0	4,4	4,3	4,8
Boquira	Ensino Fundamental	Séries Iniciais	4,4	4,3	5,4	5,2	5,0
		Séries Finais	3,9	3,9	4,7	4,2	4,6
Caturama	Ensino Fundamental	Séries Iniciais	3,4	4,0	4,4	4,6	4,5
		Séries Finais	3,1	3,7	4,3	3,9	4,6
Ibipitanga	Ensino Fundamental	Séries Iniciais	4,2	4,5	5,6	5,0	6,2
		Séries Finais	3,5	3,8	4,0	3,8	4,3
Rio do Pires	Ensino Fundamental	Séries Iniciais	3,8	4,1	3,9	4,3	4,6
		Séries Finais	3,1	3,4	3,7	3,6	3,7
Érico	Ensino	Séries Iniciais	3,7	-	4,1	4,2	4,4
Cardoso	Fundamental	Séries Finais	3,6	3,7	3,3	3,6	3,7

Fonte: Anuário Estatístico da Bahia, 2017.

Outro dado relevante em relação à educação da Bacia do Paramirim, está no Tabela 14 é a quantidade dos profissionais da educação que já possuem nível superior. São poucos os municípios que possuem um quadro de 100% dos profissionais com qualificação superior, com destaque para Caturama na etapa do Ensino Médio e Rio do Pires na Educação de Jovens e Adultos. Essa mudança de nível para o superior, se deve ao esforço da população em se locomover para outros municípios no sentido de sanar uma carência que não é oferecida pelo território, pois não possui Universidades Públicas. Mesmo com o planejamento do governo de amenizar as desigualdades econômicas no estado, acontece um movimento inverso, a disparidade econômica continua e reflete de forma densa no aspecto social da população. Essa condição se deve a um desenvolvimento territorial desigual tratado por Lisboa (2007), com o progresso técnico em um dado local e outros desprovidos desse avanço. Isso promove uma contradição dialética, pois a sujeição de uma economia garante o crescimento da outra, e retrata também no nível social. Os dados demonstram, que diante da situação da qualificação dos profissionais e da falta de garantia de acesso à educação de nível superior, o Estado está mais preocupado em

garantir essa desigualdade para continuar perpetuando a acumulação capitalista. Essa demanda pela qualificação profissional é atendida pela iniciativa privada, pelo Governo Federal somente com a Educação a Distância (EAD), pelo Universidade Aberta do Brasil (UAB) e pelo Governo Estadual com a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, também na modalidade EAD, disponíveis no município de Macaúbas.

Tabela 14 - Percentual de Funções Docentes com curso superior por etapa/modalidade de ensino, no Território de Identidade da Bacia do Paramirim, 2019.

Cidades	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação de Jovens e Adultos	Educação Especial
Botuporã	65,4%	67,2%	81,3%	30,2%	0
Paramirim	29,8%	61,4	78,0%	81,8%	22,2%
Macaúbas	72,5%	75,5%	83,5%	94,9%	0
Boquira	41,4%	57,1%	77,6%	70,0%	0
Caturama	18,9%	45,5%	100%	30,9%	0
Ibipitanga	64,9%	76,0%	44,8%	78,9	0
Rio do Pires	35,5%	66,7%	83,3%	100%	0
Érico Cardoso	77,6%	79,1%	88,9%	48%	25%

Fonte: Portal MEC, Indicadores Educacionais, 2019.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que contempla as condições de educação, saúde e renda, os dados do Território da Bacia do Paramirim, não são satisfatórios, principalmente o do município de Botuporã, com um dos menores IDH's do território, conforme exposto na Tabela 15. O IDH do estado da Bahia está como o 22º maior IDH do Brasil, com 0,660.

Os índices demonstram a condição da sociedade frente ao capitalismo, que passa a ter interferências nas relações sociais. A população é controlada por esse modo de produção, no qual se permite a exploração de forma precária, com a criação de reserva de forças de trabalho, que se dá de forma estratégica com um projeto de

desenvolvimento pautado principalmente e quase que exclusivamente nos aspectos econômicos, cujos investimentos priorizam as áreas industriais, de transporte e de energia, para aumento da produção do capital, sem levar em conta as necessidades básicas da sociedade.

O modo de produção capitalista com o seu desenvolvimento territorial econômico não se preocupa com os financiamentos em escolas e hospitais, pois os recursos financeiros nestas áreas não garantem um retorno esperado de crescimento econômico. Torna-se quase impossível acreditar no desenvolvimento da humanidade, no princípio social, com um capital que necessita de miséria, e de riqueza ao mesmo tempo, e é baseado na perversidade de excluir as necessidades da sociedade e a dignidade do trabalhador. Os dados refletem essa condição, com um desenvolvimento territorial desigual, que necessita de locais como Botuporã, com carência social, econômica, educacional, para garantir a riqueza de outros locais. O modo de produção capitalista está perpetrado nessa contradição. Confirma-se a ideia de Furtado (1974), ao tratar o desenvolvimento como um mito, como algo irrealizável. No entanto, há possibilidade de desenvolvimento social, discutido por Alcoforado (2013) quando o Estado amplia o estoque de capital social e fortalecem as organizações sociais, dá voz à classe trabalhadora e aos movimentos sindicais.

Tabela 15 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, do Território de Identidade da Bacia do Paramirim, 2010.

Cidades	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM
Botuporã	0,575
Paramirim	0,615
Macaúbas	0,609
Boquira	0,603
Caturama	0,571
Ibipitanga	0,584
Rio do Pires	0,594
Érico Cardoso	0,584

Fonte: Atlas do desenvolvimento Humano do Brasil – 2010.

Além do IDH, têm-se as condições socioeconômicas dos municípios que apresentam uma grande pobreza e vulnerabilidade de crianças e famílias, principalmente, em Botuporã, que se destaca com números preocupantes sobre a condição da população registradas na Tabela 16. Novamente, esses dados de forma comparativa com os outros municípios do próprio território apresentam a condição do município no processo do desenvolvimento desigual e combinado, com a população sendo útil como força de trabalho de forma precarizada. Como já aqui tratado, para Freitas (2014) o Estado brasileiro é para o capital, ou seja, tona-se quase impossível sanar essas condições sociais e econômicas.

Há uma tentativa dos municípios com baixo IDH de superar os municípios desenvolvidos, e mudar a condição de vulnerabilidade, mas estão imersos em um processo socioeconômico desigual e combinado. Essa condição faz parte do modo de produção capitalista. Para que a sociedade presencie de fato um desenvolvimento social e econômico, é necessário se desenvolver em escalas local e regional, com proposta que valorize e dê voz às lutas da classe trabalhadora. O Estado deveria estar em favor do povo, empenhado em diminuir as desigualdades sociais, com o fortalecimento dos sindicatos, das entidades em geral, dos movimentos sociais. A proposta do Território de Identidade foi de sanar as desigualdades socioeconômicas no estado da Bahia, geradas durante o processo histórico de formação. Entretanto, a política do Governo do Estado, implantada desde a gestão do governador Jaques Wagner foi pautada em favorecer alguns Territórios, isso pode ser comprovado ao se examinar a realidade concreta em que essa política não apresenta de forma eficaz e só aumenta a disparidade socioeconômica dos Territórios.

Tabela 16 - Condições socioeconômicas da população nos municípios do Território de Identidade da Baía do Paramirim, 2010.

Cidades	Extremamente pobres	Pobres	Vulneráveis à Pobreza	Crianças extremamente pobres	Crianças pobres	Crianças vulneráveis à pobreza
Botuporã	27,63%	44,86%	70,4%	41,22%	64,20%	88,39%
Paramirim	14,89%	30,95%	55,64%	20,39%	47,34%	71,8%
Macaúbas	26,87%	44,17%	69,6%	37,40%	61,02%	84,28%
Boquira	27,30%	39,88%	62,51%	41,25%	58,11%	80,39%
Caturama	24,69%	42,42%	67,37%	37,81%	62,17%	84,88%
Ibipitanga	33,34%	47,5%	69,31%	47,48%	65,16%	85,46%

Rio do Pires	19,86%	36,17%	60,85%	29,83%	52,70%	80,22%
Érico Cardoso	23,69%	36,75%	61,85%	42,9%	60,88%	85,52%

Fonte: Atlas do desenvolvimento Humano do Brasil - 2010

Portanto, é possível visualizar que o desenvolvimento territorial empreendido pelos governos baianos ao longo dos anos, foi pautado na concentração de atividades estritamente econômicas, com a fragmentação do território para a realização de atividades específicas. Como exemplo, na região metropolitana de Salvador estão concentradas as atividades industriais, e essa distribuição se sucede nos outros territórios de Identidade. Baseando-se na produção capitalista do espaço, é um desenvolvimento que tem como consequência a produção desigual e combinada, entretanto, essa situação é desejada, é planejada, porque é importante para as relações capitalistas.

Conclui-se que Botuporã está inserida neste cenário de desenvolvimento desigual e combinado e se insere no contexto geral do desenvolvimento econômico baiano e do Território de Identidade da Bacia do Paramirim na condição de reserva de força de trabalho a ser utilizada pelo capital, conforme for pertinente. Portanto, os dados revelam a condição de Botuporã como forma proposital das artimanhas do processo capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como o modo de produção capitalista tem como principal objetivo obter lucro, este se pauta em uma concepção de desenvolvimento a qual, prioriza o crescimento econômico em detrimento das condições de vida da classe trabalhadora. Além disso, estabelece forte parceria com o Estado, como estratégia para a redução dos custos produtivos e ampliação da acumulação capitalista. Apesar de haver concepções do desenvolvimento na área humanitária e social, esta ideia não é adotada pelo Estado brasileiro e nem baiano, pois elas não geram lucro e nem favorecem a reprodução ampliada do capital.

A realidade concreta analisada demonstra um plano bem articulado, que historicamente beneficiou a reprodução do capital em detrimento das questões sociais. Dessa forma, o Estado brasileiro e baiano utilizaram das mesmas bases teóricas de desenvolvimento, as quais geraram contradições no processo de desenvolvimento territorial. A divisão territorial do trabalho resultante da política de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, dependente desta promoveu uma intensa desigualdade sócio territorial.

O processo histórico da divisão territorial do trabalho no Brasil e na Bahia empreendeu um desenvolvimento desigual e combinado do espaço, ou seja, deflagrou um processo de produção diferencial, mas estrategicamente planejado, para que uns se beneficiem mais do que outros, com locais menos favorecidos economicamente, mas que também contribuem para a acumulação de riqueza. Portanto, é possível estabelecer relações entre o desenvolvimento municipal com o processo geral do desenvolvimento territorial baiano e brasileiro.

Como a estratégia do desenvolvimento brasileiro esteve pautada no crescimento econômico, para a aquisição de lucro e acumulação para a burguesia, houve maiores investimentos na área industrial, em determinados lugares. Por outro lado, ocorre uma produção de locais precarizados com uma grande quantidade de força de trabalho. Botuporã se insere nesta conjuntura de local com carências nos aspectos econômicos e que refletem também no social.

Além do mais, Botuporã apresenta uma forte dependência das atividades do campo, as quais vem passando por dificuldades, seja pelos poucos incentivos do governo ou pelas condições climáticas desfavoráveis, que agravam a situação

econômica do município, uma vez que, os outros setores econômicos dependem da agricultura e da pecuária para a geração de renda, ou ampliação do consumo de bens e serviços. Em suma, Botuporã possui um desenvolvimento socioeconômico baseado na agricultura, sem incentivos para introdução de indústrias, e de um fortalecimento da economia. O atual governo do Estado baiano mantém essa situação, basta observar a própria divisão dos Território de Identidade que ainda privilegia o desenvolvimento econômico da Região Metropolitana de Salvador, sem corrigir a contento as desigualdades produzidas ao longo do contexto histórico de ocupação baiana.

A própria formação dos Territórios de Identidade na Bahia revela um processo desigual, que foi motivado pelo contexto de um processo desigual, com concentração econômica e social na Região Metropolitana de Salvador. O Estado com a proposta de corrigir as disparidades, com a política estadual de desenvolvimento territorial, com a intenção de alcançar a desconcentração da riqueza e renda no estado, não foi eficaz, pois no próprio PPA (2007-2012) e na prática, demonstra a manutenção e o aumento das contradições e diferenças socioeconômicas entre os Territórios de Identidade. Com a manutenção de Territórios mais privilegiados do que outros, com a função de receber parques industriais com mais tecnologias, avanços na área econômica, enquanto outros Territórios cumprem a função de oferecer força de trabalho, sujeitar os trabalhadores à mobilidade e às condições precárias, tem-se neste processo o Estado como protagonista na territorialização desigual com vistas a auxiliar na acumulação capitalista.

A própria construção do Território deixa transparecer a intenção do governo de facilitar a comunicação com o governo federal, na implantação de políticas estatais. Além dos Territórios serem utilizados como força político partidário, com interesses que sobressaem as necessidades da população.

A produção capitalista do espaço de Botuporã, se caracteriza por uma dependência de outras cidades no Território de Identidade da Bacia do Paramirim, que tenha maior oferta de serviços e comércios mais desenvolvidos. Apresenta uma economia ainda frágil, com poucos comércios e serviços, uma baixa geração de emprego e renda, além da forte dependência dos recursos públicos. E é com base nos dados socioeconômicos que se observa a pouca efetividade da política territorial baiana em corrigir as distorções históricas do desenvolvimento territorial baiano. O município em pauta, vem se caracterizando como fornecedor de força de trabalho para

os outros municípios do Território da Bacia do Paramirim, estando esse trabalhador sujeito a trabalhos precários, além da necessidade da mobilidade espacial para garantir a reprodução da vida.

REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, Fernando. **Os condicionantes do desenvolvimento do Estado da Bahia**. Barcelona, 2013.

BAHIA. **Decreto nº 12.354 de 25 de agosto de 2010**. Institui o programa Territórios de Identidade. Acesso em: 06 de julho de 2021. Disponível em: <<https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1024959/decreto-12354-10>>

BAHIA. **Processo de constituição dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia**. Seplan. Acesso em 14 de dezembro de 2020. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICACOES_TERRITORIAIS/Historico_da_Politica_Territorial_da_Bahia.pdf>

BAHIA. Governador (2008-2011: Jaques Wagner). **Plano plurianual 2008-2011**. Salvador: SEPLAN, 2007a. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/i_plano_plurianual_2008_2011.htm>.

BARRADA, Liana França Dourado. **Marx e a divisão do trabalho no capitalismo**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido se desmancha no ar: A aventura da modernidade**. Tradução de Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Schwarcz Ltda., 1986.

BOGO, Ademar. **Identidade e Luta de Classes**. 2. ed. São Paulo: Expressão População, 2010.

BRANDÃO, C. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável/Ministério do Desenvolvimento Agrário**; com o apoio técnico e cooperação do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura/IICA - Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Condraf, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003. Disponível em: <<http://repiica.iica.int/docs/B0612p/B0612p.pdf>>

BRASIL. **Projeto de Lei 4094 de Junho de 2012**. Projeto de Lei de criação da Universidade Federal da Chapada Diamantina. Acesso em: 06 de julho de 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/548628>>

BRASIL, Ministério da Saúde. **Banco de dados do Sistema Único de Saúde - DATASUS**, Informações de Saúde. Acesso em 20 de outubro. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?cnes/cnv/estabBA.def>>

BRASIL, Ministério da Saúde. **O que é Covid 19?** Acesso em 07 de fevereiro. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o->

INEP. **Censo Escolar**, 2010. Acesso em 20 de outubro. Disponível em:<
<http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais>>

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Acesso em: 14 de dezembro de 2020. Disponível
< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>>

IBGE. **Estimativa da população brasileira**. Rio de Janeiro, RJ, 2021. Acesso em:
14 de set. 2021. Disponível em:
<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/estimativa_dou_2021.pdf&ved=2ahUKEwjeqZexxNHZAhXLH7kGHXnXBsIQFnoECA0QAQ&usg=AOvVaw2h-jpmgAswi-eMdAcRc1BF>

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Acesso em: 14 de dezembro de 2020. Disponível
< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/botupora/pesquisa/24/76693>>

IBGE. **Cadastro Central de Empresas 2019**. Acesso em: 14 de dezembro de 2020.
Disponível < <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/Q>>

JESUS, J. A.; SPINOLA, N. D. Seis décadas da teoria dos polos de crescimento
revistando Perroux. **Revista de desenvolvimento econômico**. Salvador, Ano XVII,
N.2, p. 935 – 952, dezembro de 2015.

LEWIS, S. W. A. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra.
In: AGARWALE, A. N.; SINGH, S. (Org.). **A economia do subdesenvolvimento**.
Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 406-456.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. In: **Revista de
Actuel Marx**. Tradução de Henrique Carneiro. 1995.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e Cidade**. 3. ed. São Paulo: Atual, 1998.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**.
Tradução de Paulo Cezar Castanheiras e Sérgio Lessa. São Paulo: 1. ed,
Boitempo, 2011.

MODERNIDADE. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2021.
Disponível em: <https://www.dicio.com.br/modernidade/>. Acesso em: 16 de dezembro
de 2021.

NORONHA, Mara Thaís R. **Distribuição Regional da Indústria Baiana: a
configuração atual de suas regiões econômicas**. Texto monográfico, bacharel
em Ciências Contábeis. Salvador, UFBA, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações
territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F.A.; DAMIANI, A. L.;
OLIVEIRA, A. U. et all. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto,
1999.

PERROUX, F. **Note SUI' la notion de "pôle de croissance"**. *Economie Appliquée*, 8: 307-320, 1955.

PERPÉTUA, G. M. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v. 14, n. 1, Jul/2013, p. 58-79.

PESSOTI, Gustavo Casseb. **Um estudo da política industrial na Bahia entre 1950 e 2005**. 2008. Dissertação de mestrado em Análise Regional, Salvador, 2008.

PORTAL DA SAÚDE – DATASUS. Cálculos da Coeste. Acesso em 08 de outubro de 2020. Disponível em: < <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0201> >

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1980.

RATZEL, F. **Geografia do homem (Antropogeografia)**. In: Moraes, A. (Org.). São Paulo: Ática, 1990.

SANTOS, Elinaldo L.; BRAGA, Vitor; SANTOS, Reginaldo S.; BRAGA, Alexandra M. S. **Desenvolvimento um conceito multidimensional**. *Desenvolvimento Regional em Debate*. Ano 2, n. 1, jul. 2012.

SANTOS, Elinaldo L.; SANTOS, Reginaldo S.; BRAGA, Vitor. **Administração do Desenvolvimento: histórias, teorias e perspectivas**. Curitiba: Appris, 2018.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 1993.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: USP, 2006.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SAQUET, Marcos Aurélio. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade**. Florianópolis: Geosul, v. 22, n.43, p. 55-76, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma abordagem territorial**. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). *Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 36. ed. São Paulo: Autores Associados, 2003.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1997.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL. **Bacia do Paramirim: perfil sintético**. Acesso em 02 de julho de 2021. Disponível em:

http://www.portalsdr.ba.gov.br/intranetsdr/model_territorio/Arquivos_pdf/Perfil_Bacia%20do%20Paramirim.pdf

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA. **Governo aponta que 67% dos novos investimentos irão para o interior.** Acesso em 28 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.seplan.ba.gov.br/noticias/governo-aponta-que-67-dos-novos-investimentos-irao-para-o-interior/>

SILVA, Sylvio C. B. M. **Teorias de Localização e de Desenvolvimento Regional.** Associação de Geografia Teórica, Rio Claro (SP), 1976.

SILVA, Uilson Magalhães. **Botuporã entre resgates e respaldos.** 2. ed. 2012. Gráfica Tanque Novo.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento Solidário.** Estudos Avançados, Vol. 18, 2004.

SMITH, Neil. **Uma Teoria Oscilatória do Desenvolvimento Desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. **A implantação de distritos industriais como políticas de fomento ao desenvolvimento regional: o caso da Bahia.** Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, Ano III, Nº 4, julho de 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 1. ed., 2013.

SOUZA, Vanessa Vieira. **A produção do espaço urbano e o desenvolvimento do comércio na cidade de Botuporã-BA.** Texto monográfico, curso de licenciatura plena em Geografia. Vitória da Conquista: UESB, 2018.

SOUZA, V. V; ALMEIDA, M. C. C. **Aspectos Socioeconômicos do Município de Botuporã – Bahia e sua Inserção no Contexto do Desenvolvimento Baiano.** Vitória da Conquista: Geopauta, 2019.

SEI. **Setores de atividades.** Acesso em: 14 de dezembro de 2020. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/informacoes_por/territorio/indicadores/pdf/baciadoparamirim.pdf>

SEI. **Indicadores Territoriais.** Acesso em: 14 de dezembro de 2020. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/informacoes_por/territorio/indicadores/pdf/baciadoparamirim.pdf>

SEI. **Anuário Estatístico da Bahia.** Acesso em 08 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=65&Itemid=284>

SEI. **Perfil do Município**. Acesso em: 14 de dezembro de 2020. Disponível em:<
http://www.sei.ba.gov.br/site/resumos/notas/2904209_NOTA.pdf>